

ADJETIVOS:  
PREDICADOS EXTENSIONAIS E PREDICADOS INTENSIONAIS

por

JOSÉ BORGES NETO

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Língua da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

CAMPINAS

1979

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

Este trabalho só foi possível graças ao auxílio financeiro que recebi nos períodos letivos de 1977 e 1978 da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - sob forma de bolsa de estudos - e da Universidade Católica do Paraná ( UCP ) - sob forma de licença remunerada.

No momento em que este trabalho se conclui quero registrar o meu agradecimento aos Professores Carlos Vogt, Luís Henrique Lopes dos Santos, Mário Alberto Perini, Rodolfo Ilari e Vera Lúcia Maia de Oliveira, que leram partes desta dissertação, fazendo críticas e sugestões que não permitiram que ela fosse pior do que é.

Quero expressar também meu agradecimento todo especial ao Professor Carlos Franchi, meu orientador, que com seu entusiasmo contagiante pelas coisas da linguagem e com sua orientação motivadora conseguiu-me o ânimo de levar este trabalho a seu termo.

A

CLÉA MARA.

## ADJETIVOS: PREDICADOS EXTENSIONAIS E PREDICADOS INTENSIONAIS

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo mostrar que não é possível um estudo do adjetivo em suas relações de predicação dentro do sintagma nominal sem que se distingam dois usos para os adjetivos: um uso extensional e um uso intensional.

O texto se compõe de uma introdução, que define o objeto e o objetivo da dissertação, de três capítulos e de algumas observações finais. No primeiro capítulo, discutem-se as propostas de classificação dos adjetivos de Bolinger ( "*Adjectives in English: Attribution and Predication*" in *LINGUA* 18, 1-34, 1967), de Vendler ( *Adjectives and Nominalizations*, Haia, Mouton, 1968) e de Zuber ( "*La Catégorématicité et les Adjectifs en Polonais*" in *LANGAGES* 30, 125-131, 1973). Argumenta-se que as três propostas podem ser reduzidas a uma classificação única que distingue duas classes de adjetivos: categoremáticos e sincategoremáticos. No segundo capítulo, a natureza da distinção categoremático/sincategoremático é estabelecida em termos de extensionalidade e intensionalidade dos adjetivos, respectivamente. No terceiro capítulo tenta-se uma abordagem rápida de alguns aspectos da língua portuguesa, com o objetivo de apurar possíveis implicações da distinção proposta para os adjetivos nas estruturas do português.

Autor: JOSÉ BORGES NETO.

Orientador: CARLOS FRANCHI.

## ÍNDICE

|   | Pág. |
|---|------|
| 0. INTRODUÇÃO.....  | 2    |
| 0.1. Delimitação do objeto.....                                     | 2    |
| 1. CLASSIFICAÇÃO dos ADJETIVOS.....                                 | 6    |
| 1.1. Classificação de BOLINGER.....                                 | 7    |
| 1.2. Classificação de VENDLER.....                                  | 14   |
| 1.3. Classificação de ZUBER.....                                    | 20   |
| 1.4. Comentário e Síntese das Três Propostas.....                   | 24   |
| 1.5. Objeção Quanto à Validade da Distinção Proposta.....           | 31   |
| 1.6. Critério de Classificação.....                                 | 37   |
| 2. NATUREZA DA DISTINÇÃO CATEGOREMÁTICO/SINCATEGOREMÁTICO.....      | 39   |
| 2.1. Predicados de Níveis Diferentes.....                           | 39   |
| 2.2. Extensionalidade e Intensionalidade.....                       | 41   |
| 3. ADJETIVOS CATEGOREMÁTICOS E SINCATEGOREMÁTICOS EM PORTUGUÊS...55 |      |
| 3.1. Alguns Adjetivos Categoremáticos.....                          | 55   |
| 3.2. Alguns Adjetivos Sincategoremáticos.....                       | 59   |
| 3.3. Alguns Adjetivos Ambíguos.....                                 | 61   |
| 3.4. Um Grupo de Adjetivos Problemáticos.....                       | 64   |
| 3.5. A Coordenação.....   | 66   |
| 3.6. A Comparação.....  | 71   |
| 4. OBSERVAÇÕES FINAIS.....  | 78   |
| 5. BIBLIOGRAFIA.....  | 80   |

## 0. INTRODUÇÃO.

### 0.1. Delimitação do objeto.

Nosso objeto de estudos são os adjetivos. Precisamos estabelecer o que iremos entender por 'adjetivo' uma vez que, na tradição gramatical, encontramos propostas díspares sobre que entidades lingüísticas se encontram sob o rótulo 'adjetivo'. Faremos umas poucas observações sobre o tratamento dado a esta classe de palavras pela tradição gramatical com o fito de delimitar intuitivamente o nosso objeto de estudos.

#### 0.1.1. 'Adjetivo' na gramática tradicional.

Consideraremos 'gramática tradicional' os estudos que aparecem nas gramáticas escolares, principalmente, até o advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Encontramos neste caso gramáticos como Eduardo Carlos Pereira, Carlos Góis, Ernesto Carneiro Ribeiro, João Ribeiro, Souza da Silveira, Said Ali e outros.

Na gramática tradicional o adjetivo é considerado um modificador do substantivo. O adjetivo pode modificar o substantivo de duas formas diferentes: "*o adjetivo qualificativo modifica a compreensão do substantivo e o determinativo, a extensão do substantivo.*" (Pereira, 1909: 61).

*"Fallece-nos meios intellectuaes para apprehendermos directamente o substratum ou a substancia dos seres, e só os conhecemos pelas suas qualidades ou attributos phenomenaes. Póde, pois, o substantivo ser concebido como a synthese das qualidades sensíveis que determinam a sua comprehensão."* (Pereira, 1915: 357).

Assim, a 'compreensão' de um substantivo seria o

conjunto das qualidades sensíveis que faz com que um indivíduo possa ser designado por ele. Por exemplo, o conjunto de qualidades que um relógio tem de apresentar para ser 'relógio'. A extensão de um substantivo seria o conjunto de indivíduos que este substantivo nomeia — no caso de 'relógio', seria o conjunto dos relógios. Os adjetivos qualificativos acrescentam qualidades às compreensões dos substantivos que modificam — por exemplo, 'alto', 'pálido', 'inteligente', etc., aplicados ao substantivo 'menino'. Os adjetivos determinativos delimitam áreas na extensão dos substantivos — por exemplo, 'estes', 'aqueles', 'dois', 'vários', etc., aplicados ao substantivo 'menino'.

O adjetivo pode manter dois tipos de relação com o substantivo: relação atributiva e relação predicativa. Quando em relação atributiva, o adjetivo é dito atributo ou adjunto atributivo; quando em relação predicativa, é denominado predicado ou adjunto predicativo. O adjetivo é atributo do substantivo se a ele se liga diretamente, ou seja, se o substantivo e o adjetivo se encontram em um mesmo termo. O adjetivo é predicado do substantivo se a ele se prende por meio do verbo de ligação, isto é, o adjetivo em posição de predicado nominal e o substantivo em posição de sujeito (a maior parte dos gramáticos distingue o predicativo do sujeito do predicativo do objeto).

(0.1) O menino é alto.

(0.2) O menino alto saiu.

No exemplo (0.1) temos em 'alto' um adjetivo predicado, enquanto em (0.2), 'alto' é um atributo.

É interessante notar que não há consenso, no que

se refere à natureza dos adjetivos, por parte dos nossos gramáticos. Carneiro Ribeiro define adjetivo como "*palavras que indicam seres in determinados, designando-os por uma idéia accidental à natureza comum, indicada pelo apelativo*" (Carneiro Ribeiro, 1890: 322). Deste modo, o apelativo (nome comum) nos daria a 'essência', a 'substância', a 'idéia geral' que faz com que todos os seres que possuam uma natureza comum possam ser designados pela mesma palavra (que faz com que todas as flores sejam 'flor'). O adjetivo designaria seres, não por essa 'essência' mas por 'idéias' accidentais a ela. O adjetivo, então, é encarado como um designador e se aproxima do substantivo. Outros gramáticos, no entanto, como Carlos Eduardo Pereira e Souza da Silveira, preferem encarar o adjetivo como um modificador, aproximando-o do verbo.

#### 0.1.2. O adjetivo da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Com a NGB, o termo 'adjetivo' ficou restrito aos adjetivos qualificativos, ficando os determinativos distribuídos nas categorias 'artigo', 'numeral' e 'pronome'.

Celso Cunha (1970) nos define adjetivo como:

*"a espécie de palavra que serve para caracterizar os seres ou os objetos nomeados pelos substantivos, indicando-lhes:*

a) uma qualidade ou um defeito: *inteligência lúcida,*

*homem perverso;*

b) o modo de ser: *pessoa simples;*

c) o aspecto ou aparência: *céu azul;*

d) o estado: *laranjeiras floridas."* (Cunha, 1970: 170).



A NGB mantém a distinção entre atributo e predicado, mudando, no entanto, a terminologia: o atributo passa a ser adjetivo adjunto adnominal e o predicado passa a ser adjetivo predicativo.

0.1.3. 'Adjetivo', neste trabalho.

Restringiremos nossas observações aos adjetivos qualificativos da gramática tradicional. Daqui para a frente o termo adjetivo será utilizado sem a especificação 'qualificativo', mas terá sempre este sentido.

Consideraremos tanto os adjetivos em posição de atributo quanto os adjetivos em posição de predicado.

Os fatos serão considerados à luz de uma semântica formal, que nos fornecerá um conjunto de noções que consideramos relevantes para uma análise lingüística, seja de um ponto de vista puramente semântico, seja de um ponto de vista de uma sintaxe lógica (uma sintaxe voltada para a interpretação e representação semântica das línguas naturais).

## 1. CLASSIFICAÇÃO DOS ADJETIVOS.

*"Dividiu Aristóteles a poesia em lírica, elegíaca, épica e dramática.*

*Como todas as classificações bem pensadas, é esta útil e clara; como todas as classificações, é falsa."*

*Fernando Pessoa*

No quadro da Teoria Gerativo-Transformacional, os adjetivos em posição atributiva são, tradicionalmente, tratados como resultado de transformações generalizadas ou de transformações de relativas. Este tipo de tratamento tem origem nas idéias da Gramática de Port-Royal, que via as seqüências da forma "NOME ADJETIVO" como resultado de um juízo implícito anterior da forma "NOME É ADJETIVO". O exemplo clássico é a sentença:

(1.1) Deus invisível criou o mundo visível.

Segundo a Gramática de Port-Royal teríamos aí três juízos:

(1.2) a. Deus é invisível.

b. O mundo é visível.

c. Deus criou o mundo.

A primeira proposta de gramática gerativo-transformacional (Chomsky, 1957) via em (1.1) o resultado de uma transformação generalizada que reunia as sentenças a, b e c de (1.2). Com o abandono das transformações generalizadas no segundo momento da teoria (Chomsky, 1965), os adjetivos atributos passaram a ser tratados como resultado de transformações de relativas. Nesta proposta, (1.1)

teria como forma subjacente algo como

(1.3) Deus que é invisível criou o mundo que é visível.

Esta derivação dos adjetivos via cláusula relativa é fonte de polêmica entre os lingüistas. As críticas a este modo de derivar os atributos baseiam-se, em geral, no fato de muitos adjetivos atributos não possuírem um uso predicativo e de muitos predicativos não apresentarem o atributo equivalente (Cf. Teyssier, 1968; Lucas, 1975; Bolinger, 1967). Alguns exemplos que ilustram este fato estariam em (1.4).

(1.4) a. Um suposto comunista.

\*Um comunista é suposto.

\*Um comunista que é suposto.

b. O físico nuclear.

\*O físico é nuclear.

\*O físico que é nuclear.

A partir de fatos como estes, tentou-se mostrar que diferentes adjetivos requerem muitas vezes diferentes modos de derivação. Esta posição teve como consequência imediata o problema de se estabelecerem classes de adjetivos, ou seja, surgiu a necessidade de uma enumeração dos adjetivos que são derivados de um ou de outro modo.

As propostas de classificação dos adjetivos são várias. Enfocaremos aqui apenas algumas delas e, pelo estabelecimento dos princípios que subjazem a algumas distinções, tentaremos propor alguns critérios que parecem esclarecer pontos de efetiva importância para uma classificação dos adjetivos.

### 1.1. Classificação de BOLINGER.

O texto de Bolinger (1967) tem como objetivo critii

car as transformações de cláusula relativa como fonte de atributos. Ele nos mostra, através de abundante exemplificação, que não é possível considerar-se atributos como transformação de predicados. Por exemplo:

(1.5) a. *A total stranger.*                      \**The stranger is total.*

b. \**An asleep man.*                      *The man is asleep.*

Mostra-se também que mesmo que alguns adjetivos admitam os dois usos, a passagem de um ao outro uso por intermédio de transformação é, em alguns casos, bastante irregular. Assim, "*The jewels are stolen*" é uma sentença ambígua: há uma possibilidade de interpretação, denominada por Bolinger de ação, em que temos um caso de sentença passiva e há uma segunda possibilidade de interpretação, denominada característica, onde o adjetivo é qualificativo e não temos passiva ("*stolen*" indica uma característica de "*jewels*"). As formas "*The stolen jewels*" e "*The jewels stolen*" são, por outro lado, ambas não-ambíguas: na primeira forma temos 'característica' e na segunda, 'ação'. Agora, se derivarmos "*The stolen jewels*" de "*The jewels are (were) stolen*", não só derivaremos uma sentença não-ambígua de uma sentença ambígua, como teremos uma sequência ilógica:

|                              |   |                          |   |
|------------------------------|---|--------------------------|---|
| <i>The jewels are stolen</i> | → | <i>The jewels stolen</i> | →   |
| (+ característica)           |   | (- característica)       |   |
|                              |   |                          | <i>The stolen jewels.</i><br>(+ característica) |

Uma sentença ambígua transforma-se em uma sentença não-ambígua tendo a palavra '*stolen*' marcada como 'ação' (- característica) e esta sentença, por sua vez, transforma-se em outra onde '*stolen*' não é mais 'ação' porém, 'característica'.

Estabelecendo que há uma clara diferença entre a modificação exercida pelo predicativo e a modificação exercida pelo atributo, Bolinger oferece duas propostas de solução para as restrições que impedem certos adjetivos de aparecerem em uma ou em outra posição. As duas soluções seriam antes complementares do que alternativas.

#### 1.1.1. Dois tipos de "be-predications".

Bolinger nota que *"predications that can appear as attributives show occasional formal differences from the ones that cannot: the dinosaurs ate the fish does not give \*fish-eating dinosaurs; the dinosaurs ate fish does, in two of its three senses ('the animals known as dinosaurs were eaters of fish', 'the particular dinosaurs were eaters of fish' — non-restrictive and restrictive modification respectively; but not 'the particular dinosaur dined off fish on a particular occasion or occasions')*. In so far as predications show a formal difference between customary action and non-costumary action, this difference is a clue to the ones that can be used attributively." (Bolinger, 1967: 13)

Assim, estabelece-se um critério para justificar a possibilidade de uso atributivo de alguns adjetivos e a impossibilidade de outros: apenas os adjetivos não-temporários (costumeiros) seriam usados atributivamente. Segundo Bolinger, isto justificaria casos como:

- (1.6) a. *The girl is foolish.*                      *The foolish girl.*  
           b. *The girl is faint.*                         *\*The faint girl.*

Como não há em inglês marcas formais distinguindo

estes dois tipos de adjetivos, Bolinger sugere que se distingam dois tipos de be: um be temporário ( $be_{temp}$ ) e um be não-temporário ( $be_{ntemp}$ ).<sup>1</sup> O be em (1.6)a seria  $be_{ntemp}$  e indicaria que a 'qualidade' "foolish" (aproximadamente 'tola', em português) é uma qualidade não-temporária da garota. O be em (1.6)b seria um  $be_{temp}$  e indicaria que a 'qualidade' "faint" ('desmaiada') é passageira.

NOTA 1: Em português, as duas "be-predications" seriam formalmente marcadas. Uma seria o verbo 'ser' e a outra o verbo 'estar'. Embora não demos atenção a estes aspectos, neste trabalho, um estudo destes fatos não só é pertinente como já existem alguns trabalhos que se ocupam deles. Citaremos alguns:

1. BOLINGER, D. et al. 1966. Modern Spanish. N. York, Harcourt, Brace & World.
2. CHARADEAU, P. 1967. "Ser e Estar" in Les Langues Néo-Latines 181, 3-11.
3. PONTES, E. 1973. Verbos Auxiliares em Português. Petrópolis, VOZES.
4. ROLDÁN, M. 1970. "Ser and Estar in a New Light" in Linguistic Sciences 12, 17-20.
5. \_\_\_\_\_ 1974. "Toward a Semantic Characterization of Ser and Estar" in

Hispania, vol. 57, 1, 68-75.

6. ROLDÁN, M. 1974. "On the So-Called Auxiliaries Ser and Estar" in Hispania, vol. 57, 2, 292-295.

7. SCHMITZ, J. R. 1974. A Ocorrência de Ser e Estar em Orações Predicativas e o Ensino de Português para Falantes de Inglês. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo.

Bolinger nota que, embora o uso de noções como 'temporário' e 'não-temporário' dê conta de muitos casos de restrição de uso dos adjetivos, há um grande número de casos que escapam a esta explicação.

#### 1.1.2. Modificação de referente e modificação de referência.

Segundo Bolinger, os adjetivos poderiam exercer dois tipos de modificação. O exemplo usado é o seguinte:

(1.7)  $\left. \begin{array}{l} \text{The boy is a student} \\ \text{The student is eager} \end{array} \right\} \longrightarrow \text{The boy is an eager student}$

O caso em questão é a diferença semântica que há entre "The student is eager" e "an eager student". Bolinger afirma: "The student is eager uses student in a different sense, as a designation of an individual, and amounts to say The boy is eager. An eager student, however, suggest someone who is eager qua student. The first is referent-modification, the second is reference-modification."

(Bolinger, 1967: 15).

Parece-nos claro, na citação acima, que em "*The student is eager*" afirma-se a impaciência de um indivíduo que também é estudante, enquanto em "*An eager student*", o indivíduo referido só é impaciente enquanto estudante.

A tese de Bolinger é que os predicativos, preferencialmente, são modificadores de referente, enquanto os atributos são modificadores de referência. Assim, os predicativos não seriam uma boa fonte para os atributos.

Os casos em que haveria uma aparente aceitabilidade da transformação de predicado em atributo, como (1.8), por exemplo

(1.8) *I saw a man*  
           *The man was hungry* }  $\longrightarrow$  *I saw a hungry man.*

seriam devidos à pouca especificação semântica de palavras como "man", que representaria pouco mais do que a categoria "humano", "so that reference-modification, which applies to the semantic range of the word as a word, and referent-modification, which applies to the category (in this case Human), coincide." (Bolinger, 1967: 20) <sup>2</sup>

NOTA 2: Acreditamos que aqui Bolinger se equivoca. Parece-nos que a aceitabilidade da transformação do predicado em atributo em (1.8) deve-se mais à própria natureza do adjetivo do que à especificação semântica do nome. Se ao invés de "man" tivéssemos "policeman" em (1.8), ainda assim, a derivação do atributo a partir do



predicado pareceria possível. O adjetivo "hungry" parece ser um modificador de referente independentemente da posição que tome na sentença.

Bolinger aponta casos como

(1.9) *A drowsy policeman sat at the door, supposedly to guard against intruders.*

onde a drowsy policeman não significa drowsy qua policeman e é, evidentemente, um caso de modificação de referente. Deste modo, Bolinger tem que deixar aberta a possibilidade de um adjetivo modificador de referente tornar-se atributo, mesmo com nomes semanticamente ricos como "policeman" (Cf. nota 2).

Para casos como (1.9), derivar o atributo do predicado parece atraente a Bolinger, porém, não seria uma derivação de cláusula relativa mas de uma conjunção. Por exemplo:

$$\begin{array}{l} (1.10) \text{ Henry is a policeman} \\ \text{Henry is drowsy} \end{array} \left. \vphantom{\begin{array}{l} \text{Henry is a policeman} \\ \text{Henry is drowsy} \end{array}} \right\} \longrightarrow \text{Henry is a policeman and drowsy} \\ \longrightarrow \text{Henry is a drowsy policeman.}$$

Resumindo, para Bolinger os predicativos seriam modificadores de referente, os atributos seriam modificadores de referência e se porventura encontrarmos algum atributo modificador de referente, ele será resultado de redução de conjunção de predicativos.

## 1.2. Classificação de VENDLER.

Vendler (1968) acredita que os adjetivos atributos podem ser resultado de transformações de predicativos. Como não pode negar que há entre os adjetivos diversas formas de comportamento, Vendler propõe uma classificação dos adjetivos em 9 (nove) classes que viriam de nove tipos diferentes de estruturas subjacentes. Com isto tenta dar conta das irregularidades dos adjetivos.

As suas nove classes de adjetivos apresentam as seguintes características:

a) Adjetivos do tipo 1 ( $A_1$ ): proviriam de cláusulas relativas do tipo N que é A. Por exemplo:

A rosa vermelha é linda  $\leftarrow$  A rosa que é vermelha é linda.

Estes  $A_1$  são normalmente usados como paradigma nas análises que derivam atributos de predicados.

b) Adjetivos do tipo 2 ( $A_2$ ): indicam medida e provêm de relativas da forma N cujo Nm é A, onde Nm é um nome de dimensão (largura, altura, comprimento, etc.). Sobre estes adjetivos Vendler afirma:

*"Adjectives conforming to this pattern ( $A_2$ 's) come in pairs: big-little; large-small; long-short; thick-thin; heavy-light; wide-narrow and so on. One side denotes the excess, the other the defect, within a 'dimension', with respect to some 'standard' associated with a kind. A short python is one that falls short of the standard length of pythons. (...) Finally, to say that something is short is to indicate length, to say that something is narrow is to indicate width, and so on."* (Vendler, 1968: 95).

Um exemplo de  $A_2$  seria 'grande' em elefante grande.

c) Adjetivos do tipo 3 ( $A_3$ ): são adjetivos que não se aplicam diretamente ao sujeito mas a um 'verbo coberto morfologicamente por um nome que se atribui ao mesmo sujeito'. Por exemplo, 'notável' na expressão 'dançarino notável' não se aplica ao indivíduo que é designado por 'dançarino' mas ao verbo 'dançar' que, de algum modo, está contido em 'dançarino'. 'Dançarino é um nome de agente — 'aquele que dança' — e o adjetivo 'notável' se aplica antes ao modo de ação do que ao agente dessa ação. É preciso deixar bem claro que Vendler não esclarece o que ele vai entender por 'verbo coberto morfologicamente por um nome'; é difícil perceber se ele está falando em termos de sintaxe e tratando de nominalizações ou se ele está trabalhando com significados e tratando de implícitos, pressuposições ou algo equivalente.

Os  $A_3$  viriam de relativas da forma N que V Adv, onde o advérbio (Adv) é equivalente ao adjetivo. Por exemplo:

Dançarino notável  $\leftarrow$  Dançarino que dança notavelmente.

Vendler discute o caso "*beautiful dancer*" e mostra que há duas possibilidades de interpretação. Uma das possibilidades é considerar "*beautiful*" como  $A_1$ , sendo então "*beautiful dancer*" equivalente a "*dancer who is beautiful*". A outra possibilidade seria entender "*beautiful*" como  $A_3$ , obtendo "*dancer who dances beautifully*" como equivalente de "*beautiful dancer*". <sup>3</sup>

NOTA 3: Encontramos algo semelhante em Bach (1967). Para resolver a ambiguidade de 'um czar bom', duas formas subjacentes são sugeridas: 'um czar que é bom' e 'alguém que "czareia" bem'.

Uma característica interessante dos  $A_3$  nos é indicada neste trecho: "If I say She is a beautiful dancer in the sense of  $A_3$ 's, I do not imply 'She is beautiful'. If, on the other hand, I say the same sentence in the sense of  $A_1$ 's I do imply 'She is beautiful'. For the same reasons a slow speaker may be a fast runner and a good dancer a bad chess-player, and so on. A red apple, however, cannot be a green fruit or a blue object." (Vendler, 1968:89).

d) Adjetivos do tipo 4 ( $A_4$ ): do mesmo modo que os  $A_3$ , os  $A_4$  não se aplicam diretamente ao nome mas a um verbo implícito. Os  $A_4$  podem ser relacionados com relativas da forma N que é A para V. Por exemplo.

Problema fácil ← Problema que é fácil para resolver.

Língua difícil ← Língua que é difícil para falar, ler, aprender...

A diferença que há entre os  $A_3$  e os  $A_4$  reside no ponto em que o adjetivo do tipo 3 se aplica a um nome de agente e o adjetivo do tipo 4 se aplica a um nome de paciente (a um objeto). Nos exemplos, o problema não resolve — é resolvido; a língua não aprende — é aprendida. Segundo Vendler, um bom modo intuitivo de caracterizar os  $A_4$  em confronto com os  $A_3$ , é dizer que enquanto os  $A_3$  caracterizam algo com respeito a suas funções, os  $A_4$  fazem o mesmo com respeito ao seu uso, ou seja, os  $A_3$  são pertinentes ao que algo pode fazer ou habitualmente faz, enquanto os  $A_4$  são pertinentes ao que pode ser feito ou habitualmente é feito com algo.

Vendler aponta outra possibilidade de caracterização dos  $A_4$ , que nos é dada pela seguinte relação:

$N_1$  A ←  $N_1$  ...que  $N_2$  V Adv

Assim, 'cadeira confortável' poderia ser entendido como 'cadeira que é confortável para sentar' ou como 'cadeira em que alguém senta confortavelmente'.<sup>4</sup>

NOTA 4: Obviamente Vendler não trabalha dentro de um esquema de gramática gerativa transformacional. O seu conceito de transformação parece-nos mais próximo de um conceito harrisiano do que de um conceito chomskiano.

e) Adjetivos do tipo 5 ( $A_5$ ): bastante próximos dos  $A_4$ , os  $A_5$  também se aplicam a um verbo implícito. Os  $A_5$  associam-se a relativas da forma N que é (está) A para V. A diferença entre  $A_4$  e  $A_5$  está em que o verbo implícito dos  $A_4$  é transitivo enquanto o verbo implícito dos  $A_5$  é intransitivo. Além disso, os  $A_5$  não permitem uma segunda possibilidade de caracterização, o que acontece com os  $A_4$ .

A classe dos  $A_5$  é bastante pequena, compreendendo adjetivos como "ready", "eager", "anxious", etc. e seus elementos apresentam um padrão de ocorrência bastante uniforme. Os exemplos que Vendler apresenta são:

*He is ready to go.*

*He is eager to join the class.*

Parece-nos que tal classe de adjetivos não é necessária para o português.

f) Adjetivos do tipo 6 ( $A_6$ ): são adjetivos como "clever", "stupid", "nice", "considerable" que aparecem sob as seguintes formas:

a. *John is stupid to take that job.*

b. *It is stupid of John to take that job.*

Assim, o adjetivo é atribuído diretamente ao sujeito, dizendo respeito à sentença encaixada ou diretamente à sentença encaixada mas dizendo respeito ao sujeito. Em a, "*stupid*" é atribuído diretamente a "*John*" mas com relação a "*to take that job*", ou seja, João é estúpido só enquanto alguém que assume aquele emprego; em b, o adjetivo é atribuído a "*to take that job*", isto é, não é João quem é estúpido mas assumir o emprego o é.

g) Adjetivos dos tipos 7, 8 e 9 ( $A_7$ ,  $A_8$ ,  $A_9$ ): estas três classes de adjetivos são na verdade sub-classes do tipo 4 que sofrem restrições específicas. São adjetivos que se aplicam a um verbo implícito tal como os  $A_4$  mas que devem ser separados destes por aparecerem em construções do tipo "*It is A that S*". Por exemplo:

$$It\ is\ \left\{ \begin{array}{l} possible \\ probable \\ necessary \\ *easy \end{array} \right\} \text{ that we solve the problem.}$$

"easy", que é um  $A_4$ , não entra na construção acima, enquanto "possible", "probable" e "necessary" entram. Para justificar que os adjetivos que entram na construção acima devem ser sub-divididos, Vendler nos apresenta as seguintes evidências: (a numeração é de Vendler, 1968) "*For easier comprehension I illustrate these schemata using the matrix He runs the race. Thus we get:*

(19a) ...race which is A to run (for him).

(20a) (For him) it is A to run the race.

(21a) The running of the race is A (for him).

(23a) *His running the race is A.*

(23a) *His running the race is A for me.*

(24a) *That he runs the race is A.*

(25a) *That he runs the race is A for me.*

Now, easy, difficult, pleasant and unpleasant enter (19), (20), (21) and refuse the rest. They, therefore, are pure  $A_4$ 's. Possible and impossible enter all forms except (23) and (25). I shall call them  $A_7$ 's. Useful, profitable, necessary, and their opposites enter all forms. These will be  $A_8$ 's. Probable, likely, certain and their opposites enter (22) and (24) and refuse the rest. They will be  $A_9$ 's." (Vendler, 1968: 105).

É interessante notar que num dado momento, fazendo um resumo dos resultados obtidos, Vendler afirma que "while  $A_1$ 's are directly tied to N by means of the copula,  $A_2$ 's -  $A_4$ 's are indirectly tied to N" (p.100). Os elementos intermediários que conectam o adjetivo ao nome seriam os 'nomes de dimensão' no caso dos  $A_2$ , os verbos implícitos no caso dos  $A_3$  -  $A_5$  e  $A_7$  -  $A_9$ , e a sentença encaixada no caso dos  $A_6$ .

Deste modo, se não quisermos levar a análise dos adjetivos a um nível tão fino, como Vendler levou, conseguimos uma grande divisão dos adjetivos em duas classes: a classe dos que se ligam diretamente ao N (classe dos  $A_1$ ) e a classe dos que se ligam indiretamente ao N ( $A_2$  -  $A_9$ ).

O problema da classificação de Vendler é que ele cai numa taxionomia exagerada, conseguindo poucas generalizações. Além dos problemas que a classificação de Vendler traz que já anota-

mos acima, o professor Mário Perini, em comunicação pessoal, fez-nos ver que há outros. Por exemplo, é plausível pensar-se que 'elefante grande' vem de 'elefante cujo tamanho é grande', porém, na expressão 'tamanho grande' nós teríamos que considerar 'grande' como  $\Lambda_1$  já que a expressão viria de 'tamanho que é grande'. cremos que Vendler não gostaria de afirmar algo assim.

### 1.3. Classificação de ZUBER.

Zuber (1973) classifica os adjetivos a partir da distinção clássica entre termos categoremáticos e sincategoremáticos. De um modo intuitivo, poderíamos dizer que o adjetivo categoremático é aquele que tem o seu sentido estabelecido independentemente do sentido do nome ao qual se liga, enquanto o adjetivo sincategoremático tem o seu sentido intimamente ligado ao sentido do nome.

O critério de Zuber para a classificação dos adjetivos é a seguinte implicação:

$$(1.11) \quad NP_1 \text{ é } NP_2 \text{ A} \quad \text{-----} \rightarrow \quad NP_1 \text{ é } NP_2 \text{ e } NP_1 \text{ é } A. \quad 5$$

Nos casos onde a implicação é verdadeira, o adjetivo (A) é categoremático (AL); nos casos onde a implicação é falsa, o adjetivo é sincategoremático (AS).

NOTA 5: Zuber, explicitamente, identifica NP com sintagma nominal -- "NP: syntagme nominal" (p.126). Parece-nos, no entanto, que esta identificação é um tanto estranha porque o adjetivo não faz parte do NP, nos exemplos de Zuber, e deveria fazer se considerássemos o conceito tradicional de



sintagma nominal. Parece-nos que NP signi-  
ficaria o sintagma nominal sem o adjetivo  
ou os adjetivos em questão. Assim,

a.  $\frac{\text{o menino}}{\text{NP}} \frac{\text{bonito}}{\text{A}}$

b.  $\frac{\text{um certo carro}}{\text{NP}} \frac{\text{azul}}{\text{A}}$

Zuber nos apresenta os seguintes exemplos:

(1.12) *Pierre est un jeune marié.*

(1.13) *Pierre est marié et il est jeune.*

(1.14) *Pierre est un étudiant chauve.*

(1.15) *Pierre est un étudiant et il est chauve.*

Como (1.12) não implica (1.13) e (1.14) implica (1.15), "jeune" é AS  
e "chauve" é AC.

Segundo Zuber, os AC apresentam as duas proprieda-  
des seguintes:

a) Dada uma sentença da forma  $\text{NP}_1 \text{ é } \text{NP}_2 \text{ A}$ , se ela for verdadeira,  
também deverá sê-lo uma sentença da forma  $\text{NP}_1 \text{ é } \text{NP}_3 \text{ A}$ , desde que os  
índices indiquem co-referencialidade e  $\text{NP}_2$  seja hipônimo de  $\text{NP}_3$ .

Os exemplos de Zuber que ilustram esta propriedade  
são:

(1.16) *Pierre est un moine.*

(1.17) *Pierre est un homme.*

(1.18) *Pierre est un moine chauve.*

(1.19) *Pierre est un homme chauve.*

Dado que "moine" é hipônimo de "homme", a verdade de (1.18) deve le-

var a verdade de (1.19).

b) Os AC se aplicam a vários NP's possíveis. Usando os exemplos de Zuber: se "*Arthur est moine et étudiant*" e se ainda "*il est chauve*", então "*Arthur est un moine chauve et un étudiant chauve*". O mesmo não se dá com os AS como "*jeune*", por exemplo, uma vez que encontramos casos como (1.20), onde é possível que alguém que seja um "*jeune étudiant*" não seja um "*jeune moine*" (começou a estudar recentemente mas é monge há muitos anos).

(1.20) *Arthur est un jeune étudiant mais ce n'est pas un jeune moine.*

Estabelecido o critério de classificação dos adjetivos, Zuber mostra que esta classificação tem conseqüências sintáticas em polonês.

A primeira conseqüência é ligada aos processos de comparação. O polonês tem dois modos de fazer comparações: um modo analítico (ou morfológico), que consiste em acrescentar um sufixo de comparação ao adjetivo (processo semelhante ao acréscimo de *-er* aos adjetivos do inglês), e um modo perifrástico, que consiste em fazer um advérbio preceder o adjetivo (do mesmo modo que se utiliza "more" em inglês e "mais" em português).

Zuber aponta uma diferença semântica entre estes dois modos de comparar. Na comparação em que se utiliza a forma perifrástica, pressupõe-se que os dois elementos comparados possuem a qualidade expressa pelo adjetivo. Assim, (1.21) mas não (1.22) pressupõe (1.23): "

(1.21) Zofia jest bardziej młoda niż Anna (forma perifrástica)

"Sofia é mais jovem do que Ana"

(1.22) Zofia jest młodsza od Anny (forma analítica)

"Sofia é mais jovem do que Ana"

(1.23) Sofia e Ana são jovens.

Ocorre que a forma perifrástica é a forma preferencial para os AC e a forma analítica, a preferencial para os AS. Zuber divide os adjetivos do polonês em três grupos: os puramente categorêmaticos, os puramente sincategoremáticos e os que permitem os dois usos. Ao primeiro grupo pertenceriam adjetivos como '*chory-*' (doente), '*lisy-*' (calvo), '*gluchy-*' (surdo), etc.; ao segundo grupo pertenceriam adjetivos como '*dobry-*' (bom), '*duży-*' (grande), etc.; no terceiro grupo encontramos adjetivos como '*stary*' (velho), '*zdrowy*' (saudável), etc. Os adjetivos puramente categorêmaticos só admitem a comparação perifrástica; os adjetivos puramente sincategoremáticos só admitem a comparação analítica; os adjetivos que permitem os dois usos admitem as duas formas de comparação.

A segunda consequência sintática da distinção de Zuber, em polonês, liga-se a construções com 'tomar-se'. Zuber argumenta que alguém pode tomar-se grande porque os outros tornam-se pequenos ou porque a média de tamanho diminui, ou seja, a predicação de 'grande' é relativa, na medida em que depende do universo no qual está inserido o nome. Evidentemente, ninguém torna-se calvo porque os outros não o são. Em polonês há dois verbos 'tomar-se': um é "*stać się*" e o outro é "*zostać*". A diferença entre os dois é que "*stać się*" representa uma mudança interna do sujeito e é, portanto,

a forma usada com os AC, enquanto "*sustae*" exprime uma mudança de estado por razões externas e é a forma usada com os AS.

A terceira consequência é a possibilidade de justificar certos fatos ligados ao uso de conjunções. Com construções da forma NP é  $A_1$ , mas  $A_2$ , os adjetivos não podem ser ambos categorêmáticos. Zuber exemplifica com o francês:

(1.24) \**Il est chauve, mais malade.*

(1.25) *Il est chauve, mais*  $\left\{ \begin{array}{l} \text{grand.} \\ \text{intelligent.} \\ \text{jeune.} \end{array} \right.$

(1.26) *Il est jeune, mais grand.*

Zuber encerra sua exposição assinalando que "...la modification du nom ne se fait pas de la même façon selon que l'adjectif est catégorématique ou syncatégorématique; en fait les adjectifs catégorématiques représentent des fonctions — des prédicats — indépendantes des arguments et la composition de deux tels adjectifs (ou d'un tel adjectif et d'un nom) correspond à l'intersection ensembliste. Il n'en est pas de même pour les adjectifs syncatégorématiques: la modification qu'ils apportent ne se fait pas par une simple intersection, mais nécessite le choix d'un univers et ses sous-ensembles." (Zuber, 1973: 130).

#### 1.4. Comentário e síntese das três propostas.

1.4.1. Da proposta de Bolinger, interessa-nos aqui a distinção entre os dois tipos de modificação exercidos pelos adjetivos: modificação de referente e modificação de referência.

Tomemos alguns exemplos:

- (1.27) a. *This policeman is honest.*  
 b. \**This policeman is rural.*  
 c. *He is an honest policeman.*  
 d. *He is a rural policeman.*

Segundo Bolinger, os adjetivos "*honest*" e "*rural*" em a e b, são indicadores de propriedades do indivíduo ao qual "*policeman*" se refere. O policial em questão é honesto (em a) num sentido absoluto, honesto no seu trabalho, na sua vida particular, no jogo de cartas, etc. A sentença b é inaceitável porque "*rural*" não é uma propriedade que alguém possa ter de modo absoluto (estaria aí a restrição ao uso predicativo de "*rural*", bem como de outros adjetivos). Em c e d, os adjetivos ajudam a determinar os referentes. Em d, é a expressão "*rural policeman*", como um todo, que contém a propriedade que determina o referente, indicando que este é um policial "do tipo rural". Em c a mesma coisa acontece: o sujeito é um policial "do tipo honesto"; ele pode roubar no jogo, mas é honesto enquanto policial.

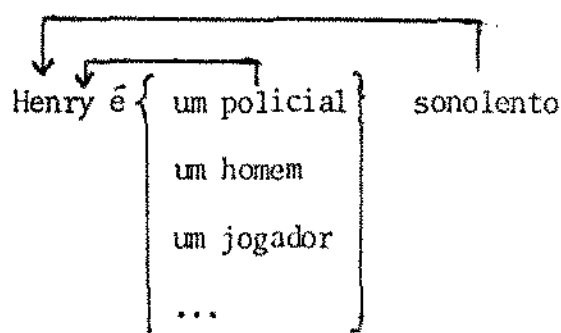
Outro exemplo de Bolinger nos leva na direção de uma noção que chamaremos "transferibilidade".

Henry is a policeman }  
 Henry is drowsy } → Henry is a policeman and drowsy →

*Henry is a drowsy policeman.*

Bolinger nos afirma que neste caso temos "... a conjunction rather than a relative clause. The conjunction expresses the independent relationship of adjective and noun: his being drowsy has nothing to do with his being a policeman." (Bolinger, 1967: 21)

É importante notar que Bolinger destaca o fato de "drowsy" se aplicar diretamente ao sujeito e ser independente do nome ao qual se liga. Em outras palavras, Bolinger está afirmando que "drowsy" e "policeman" são predicados do mesmo nível. Sendo assim, o fato de Henry ser um policial é acidental em relação ao fato de Henry ser sonolento e, em princípio, o fato de Henry ser, além de policial, pai, marido, jogador de truco, torcedor do Palmeiras, etc., não muda a relação que se dá entre ele e a propriedade 'sonolento'. Representando isto em um gráfico, teremos:



A ligação se dá entre 'sonolento' e 'Henry' independentemente do que possa ser colocado no lugar de 'um policial'.

Agora temos condições de esclarecer o que seja a 'transferibilidade'. O adjetivo 'sonolento' é transferível de um nome a outro, desde que os nomes se refiram a Henry. Assim, se Henry é policial, é jogador de truco, é torcedor do Palmeiras e apresenta a propriedade 'sonolento', Henry é um policial sonolento, um jogador de truco sonolento e um torcedor do Palmeiras sonolento.

O mesmo não ocorre com os modificadores de referência, como 'esperto', por exemplo:

(1.28) Henry é um estudante esperto.

Neste caso, Henry só é esperto enquanto estudante (como condição ne-

cessária) e mesmo que seja, além de estudante, jogador de truco, poderá ser um jogador de truco pouco esperto.

Dada esta propriedade dos adjetivos que denominamos 'transferibilidade', podemos agrupar os adjetivos em duas classes, de acordo com seu comportamento diante desta propriedade; teremos adjetivos transferíveis e não-transferíveis.

Se  $N_1, N_2, \dots, N_n$  são nomes que se referem a um mesmo ser, um adjetivo qualquer A será dito transferível se, e apenas se, sendo verdadeira a sua aplicação para  $N_1$ , também o for para  $N_2, \dots, N_n$ .

Podemos considerar os adjetivos modificadores de referente como sendo transferíveis e os modificadores de referência como sendo não-transferíveis.

1.4.2. Vendler, no momento em que compara os  $A_1$  com os  $A_3$ , afirma: *"We have seen that while  $A_1$ 's are, as it were, transferable from one noun to another,  $A_3$ 's are not.* (o grifo é nosso) *What I mean is this. Given that all apples are fruits, a red apple has to be a red fruit; similarly a wooden house a wooden building, a hungry cat a hungry animal, and so forth. This generally is not the case with  $A_3$ 's. All kings are men, but a weak king is not necessarily a weak man; nor is a good mother a good wife, not to speak of good thieves who are usually bad citizens. The reason by this time is known to us: while  $A_1$ 's are ascribed to the subject directly,  $A_3$ 's only with respect to a set of activities (appropriate verb-class) associated with a noun applied to the same subject."* (Vendler, 1968: 94).

Convém observar que embora, no excerto, Vendler só

se refira aos adjetivos dos tipos 1 e 3, uma vez que todos os outros tipos de adjetivos, além dos  $A_1$ , não se aplicam diretamente ao sujeito, devem comportar-se como os  $A_3$  a este respeito. Exemplifiquemos com um  $A_2$ , uma vez que eles parecem ser os mais próximos dos  $A_1$ . Apesar de todos os elefantes serem animais, um elefante pequeno não é um animal pequeno; assim como uma mosca grande não é um inseto grande, embora todas as moscas sejam insetos (Cf. Katz, 1972:254 e ss.).

Deste modo, se pensarmos que os  $A_1$  são transferíveis e os outros ( $A_2 - A_9$ ) são não-transferíveis e se tomarmos a transferibilidade como critério, a relação entre a classificação de Bolinger e a classificação de Vendler é imediata. Os  $A_1$  correspondem aos modificadores de referente e os  $A_2-A_9$  correspondem aos modificadores de referência.<sup>6</sup>

NOTA 6: É preciso ressaltar que a classificação de Bolinger é contextual: o adjetivo é modificador de referente ou modificador de referência conforme o contexto (embora haja adjetivos que são apareçam em um ou outro contexto). Já a classificação de Vendler propõe classes não-contextuais.

1.4.3. A noção de transferibilidade está diretamente implicada na classificação de Zuber. Para que um adjetivo possa ser considerado categoremático é preciso que ele possa ser aplicado a vários NP's, como, por exemplo, se Pedro é estudante e é monge e Pedro é calvo,



Pedro é um monge calvo e um estudante calvo. Ainda, os AC devem poder ser aplicados aos hiperônimos do nome ao qual está ligada na sentença em questão. Por exemplo: se 'monge' é hipônimo de 'homem', o fato de Pedro ser um monge calvo implica que Pedro é um homem calvo.

Fica claro, assim, que nos critérios usados por Zuber para a classificação dos adjetivos, o fato de eles, os adjetivos, serem transferíveis ou não, tem um papel importante.

1.4.4. Podemos, então, fazer uma aproximação entre as três propostas de classificação, usando como ponte entre elas a noção de transferibilidade. Os adjetivos modificadores de referente de Bolinger, os  $A_1$  de Vendler e os AC de Zuber seriam transferíveis; os adjetivos modificadores de referência, os  $A_2$ - $A_9$  e os AS seriam não-transferíveis.

É notável o fato de os três autores assumirem pontos de vista diversos em relação ao objeto de estudos, utilizarem-se de diferentes critérios para a abordagem dos dados, buscarem diferentes objetivos com suas análises e, no entanto, obterem um resultado essencialmente idêntico.

Vamos doravante chamar os adjetivos que são transferíveis pelo nome que Zuber lhes atribui: adjetivos categorêmaticos. Os adjetivos sincategoremáticos serão, em consequência, os adjetivos que não são transferíveis.

1.4.5. Outros autores chegaram a uma distinção semelhante a respeito dos adjetivos.

Quine, em seu livro "Word and Object", nos aponta:

*"A mere child is not something that is mere and a child. Similarly*

for dubious honors, feigned affection, real money, and expectant mothers. Such an adjective invites the old philosophical word syncategorematic. For such an adjective is not a term (in my sense) marking out a category of objects in its own right; it makes sense only with (syn) such a term, e.g., 'mother' as part of a further such term, e.g., 'expectant mother'" (Quine, 1969: §21, p.103).

Em outra passagem encontramos: "Ambiguity can invest composite terms in special ways. One way it enters is through indeterminacy between the truly attributive (categoremático) and the syncategorematic (§21) use of certain adjectives. Thus consider the rich little word 'poor'. When it is ostensibly in attributive position it may either have truly attributive use, in which case it may either impute poverty or express pity, or it may be syncategorematic, suggesting 'badly'. If in 'poor violinist' we take the use of 'poor' as truly attributive, then poor violinists are poor (or perhaps pitiable) and they are violinists; if we take it in the syncategorematic way, then poor violinists need be neither poor nor pitiable nor even, by decent standards, violinists." (Quine, 1969: §27, p. 132).

Em Quine, os critérios para a determinação da natureza sincategoremática dos adjetivos são mais rígidos. Para que um adjetivo seja assim considerado, é preciso que ele não 'signifique' por si só. Em Zuber, os critérios são mais abrangentes e muitos adjetivos que este consideraria sincategoremáticos, Quine, possivelmente, consideraria categoremáticos. Assim, se um adjetivo é sincategoremático para Quine, também o será para Zuber, mas o oposto não é

necessariamente verdadeiro.

Outro autor a nos propor uma divisão dos adjetivos em duas classes é Katz, que nos afirma: *"Adjectives divide into two kinds semantically, which I will call relative adjectives and absolute adjectives. (...) The difference between relative adjectives and absolute adjectives appears clearly in connection with inferences from comparative sentences. From the premiss (6.32) we cannot draw the conclusion (6.33):* (a numeração é de Katz)

(6.32) *The mountain is higher than the building.*

(6.33) *The mountain is high.*

*But from the premiss (6.34) we can draw the conclusion (6.35):*

(6.34) *The tablecloth is more spotted than the placemat.*

(6.35) *The tablecloth is spotted.* " (Katz, 1972: 254)

Para Katz os adjetivos relativos seriam aqueles que indicam de algum modo medida, como *"big"*, *"little"*, *"tall"*, *"short"*, *"expensive"*, *"cheap"*, etc.

Parece-nos que a proposta de Katz não difere essencialmente das propostas de Zuber, Vendler e Bolinger. Apenas restringe-se a um grupo de adjetivos (que Vendler denomina  $A_2$ ), sem se ocupar dos outros. É sintomático o fato de todos os adjetivos absolutos listados por Katz serem categorêmaticos, no sentido em que Zuber emprega o termo.

#### 1.5. Objeção quanto à validade da distinção proposta.

Foi-nos levantada a seguinte objeção a este tipo de classificação dos adjetivos.

Quando se diz que Pedro é um estudante esperto,

diz-se que Pedro é esperto enquanto estudante, e isto é uma qualificação relativa de Pedro. Relativa porque Pedro só é esperto enquanto estudante, não o é de maneira absoluta. Já quando se diz que Pedro é um estudante cego, diz-se que Pedro é cego enquanto estudante e se subentenderá que é cego também em todos os outros domínios. À primeira vista, parecerá que se trata aí de uma qualificação absoluta de Pedro, isto é, que é da força das palavras que Pedro é cego em todos os domínios. O caso não seria este. A relação predicativa que há entre 'cego', 'estudante' e 'Pedro' é da mesma natureza da relação predicativa que há entre 'esperto', 'estudante' e 'Pedro'. Isto é, há uma identidade na forma do significado, uma vez que Pedro não é cego em termos absolutos pela constituição lingüística do signo 'cego' (da organização formal desse signo), senão porque é da natureza das coisas que alguém, sendo cego em um domínio, sê-lo-á em todos. Portanto, a qualificação absoluta no caso de 'cego' não é sígnica, mas meramente inferencial. Ao nível sígnico, trata-se de qualificação do mesmo alcance que no caso de 'esperto'. Pedro é cego enquanto estudante: e porque o é enquanto estudante, por força da natureza das coisas, o é também por todos os aspectos. A diferença entre 'esperto' e 'cego' está na substância do significado de cada qual desses signos. Assim, a diferença de predicação determinada por 'cego' e 'esperto' vem das coisas e não dos signos.

Pois bem. Dentro de um enfoque hjelmsleviano, onde signo é a solidariedade que se estabelece entre a forma do conteúdo (forma do significado) e a forma da expressão, o fato da distinção, categoremático/sincategoremático ser relacionada às coisas e,

portanto, da substância do conteúdo, implicaria em que a distinção, realmente não seria sígnica e, em consequência, não pertinente, diretamente, à linguística. Porém, no momento em que esta distinção passa a ter implicações sintáticas, parece-nos que não mais se pode negar a ela o estatuto de distinção sígnica. Na medida em que esta distinção age no domínio da expressão e na medida em que, no quadro hjelmsleviano, propõe-se o isomorfismo entre o domínio da expressão e o domínio do conteúdo, n<sup>o</sup>s, necessariamente, temos que considerá-la (a distinção) à luz da função semiótica de Hjelmslev e, portanto, como pertencente à forma do conteúdo.

Se pretendemos uma linguística geral e não apenas uma linguística de línguas particulares, o simples fato de uma única língua apresentar consequências da distinção entre as duas classes de adjetivos no nível da expressão já seria o suficiente para que a distinção fosse considerada relevante para o estudo da linguagem humana. Tanto Bolinger quanto Zuber nos apresentam evidências neste sentido. A evidência maior, no entanto, encontramos em Muffy Siegel (Siegel, 1976). Siegel faz uma análise dos adjetivos em russo, tentando estabelecer as condições de uso das chamadas 'formas longas' e 'formas curtas' desses adjetivos.

Em russo, os adjetivos qualificativos apresentam duas formas: uma forma longa e uma forma curta. A forma curta só é encontrada na posição de predicativo, enquanto a forma longa pode ser usada como predicativo ou como atributo. O processo morfológico que relaciona as duas formas é produtivo ao ponto de quase todos os adjetivos qualificativos apresentarem ambas as formas.<sup>7</sup>

NOTA 7: A Professora Lucy Seki nos alertou para o fato de que o adjetivo em russo, para que possa ter a forma curta, deve expressar uma qualidade que possa tanto ser qualidade constante quanto qualidade temporária do sujeito.

O adjetivo curto é formado a partir de um adjetivo longo pela supressão da terminação adjetival regular — *-yj* (masculino), *-aja* (feminino), *-oe* (neutro) e *-ye* (plural) — e pelo acréscimo de nenhuma terminação para o masculino (às vezes, uma vogal epentética), *-a* para o feminino, *-o* para o neutro e *-y* para o plural. Por exemplo:

(1.29) Forma longa (FL)    Forma curta(FC)

|                  |             |                        |
|------------------|-------------|------------------------|
| a. <i>novyj</i>  | <i>nov</i>  | (masc.) "novo"         |
| b. <i>novaja</i> | <i>nova</i> | (fem.) "nova"          |
| c. <i>novoe</i>  | <i>novo</i> | (neutro) "novo/nova"   |
| d. <i>novye</i>  | <i>novy</i> | (plural) "novos/novas" |

Levando-se em consideração a posição de predicativo, que é a posição onde há o contraste entre as duas formas, encontram-se as seguintes diferenças entre elas: as formas longas, tal como os nomes, recebem flexão de caso e podem seguir qualquer tipo de verbo; as formas curtas não recebem flexão de caso, tal como os verbos, e só ocorrem com o verbo 'ser' (*byt'*) em forma temporal.

(1.30) a. *Almazov vernulsja domoj radostnuj* (FL)

b. \**Almazov vernulsja domoj rad* (FC)

"Almazov voltou para casa alegre"

(1.31) a. *Nasha molodšah' talantlivaja* (FL) i *trudoljubivaja* (FL)

b. *Nasha molodšah' talantliva* (FC) i *trudoljubiva* (FC)

"Nossa juventude (ê) talentosa e trabalhadora"

É importante notar que sempre que encontrarmos uma construção com o adjetivo na forma curta, haverá uma construção equivalente com a forma longa (ver ex. (1.31)). O oposto, no entanto, não é verdadeiro (Siegel lista algumas exceções a esta generalização que são, no entanto, marginais o suficiente para serem desconsideradas).

Ocorre, e isto é importante para nós, que as sentenças a e b de (1.31) não são completamente sinônimas. Para esclarecer a diferença de significação que há entre uma sentença com o adjetivo na forma longa e a mesma sentença com o adjetivo na forma curta, Siegel analisa os seguintes exemplos:

(1.32) *Studentka umna* (FC)

"A estudante é inteligente"

(1.33) *Studentka umnaja* (FL)

"A estudante é inteligente"

A sentença (1.32) significa que a estudante é inteligente em termos gerais, absolutos. A sentença (1.33) significa que ela é inteligente quando comparada com outros estudantes, isto é, ela é inteligente em quanto estudante. Siegel, na sequência, faz a seguinte observação:

*"one might wonder how a russian sentence with the long-form adjective will be understood if the subject is not something like 'student', of whom it makes sense to say that someone is an intelligent one. I asked an informant about sentences (24) and (25):*

(a numeração é de Siegel)

(24) *Oleg umen* (FC)

"Oleg (é) inteligente"

(25) *Oleg umyj* (FL)

"Oleg (é) inteligente"

Sentence (24), he said, is much like (22) (que é a nossa sentença (1.32), acima). *Oleg is just plain generally intelligent ("you can tell by looking at him")*. But in (25) *Oleg must have somehow actively shown himself to be an intelligent SOMETHING ("maybe he is painting pictures while reciting the pledge of allegiance backwards in Coptic")*. This something that the adjective is relative to is unspecified in the syntax but understood uniquely in any given utterance." (Siegel, 1976: 297).

Quer dizer, as formas curtas implicam em predicação absoluta, enquanto as formas longas implicam em predicação relativa. Esta aproximação entre formas longas e curtas e predicação relativa e absoluta, segundo Siegel, ajuda a explicar o fato de que adjetivos predicativos em leis científicas e em sentenças com certos tipos de sujeitos abstratos devem aparecer na forma curta. Por exemplo:

(1.34) a. *\*Prostrantsvo beskonechnoe* (FL)

b. *Prostrantsvo beskonechno* (FC)

"O espaço é infinito"

(1.35) a. *\*Prixodit' domoj ochen' prijatnoe* (FL)

b. *Prixodit' domoj ochen' prijatno* (FC)

"Vir para casa é muito agradável"



No final de sua exposição sobre o comportamento das formas longas e curtas, Siegel faz uma aproximação entre esta distinção existente em russo e a proposta de distinção de Bolinger: *"This absolute-relative distinction seems to be the same one Bolinger (1967) makes in English between adjectives that modify the referent of the noun, and those that modify its reference."* (Siegel, 1976: 298).

O trabalho de Siegel nos apresenta o fato crucial para que consideremos a distinção categoremático/sincategoremático importante para os estudos da linguagem: não são as duas classes de adjetivos apresentam conseqüências sintáticas em inglês, francês e polonês, como são formalmente marcadas em russo. Deste modo, acreditamos que fica afastada a objeção de que se trata de uma distinção pertinente ao mundo e não à linguagem.

#### 1.6. Critério de Classificação.

A partir dos trabalhos de Quine, Zuber, Vendler e Bolinger, observamos que a classe a que o adjetivo pertence pode ser estabelecida de três modos:

1. Conjunção. O AC permite uma conjunção que poderíamos explicitar da seguinte forma:

$$NP_1 \text{ é } NP_2 \text{ A} \longrightarrow NP_1 \text{ é } NP_2 \text{ e } NP_1 \text{ é } A$$

2. Predicação do hiperônimo. Dada uma sentença da forma  $NP_1 \text{ é } NP_2 \text{ A}$ , se ela for verdadeira e se o A for AC, uma sentença da forma  $NP_1 \text{ é } NP_3 \text{ A}$ , desde que  $NP_3$  seja hiperônimo de  $NP_2$ , também será verdadeira.

3. Transferibilidade. O AC se aplica a quaisquer expressões que sejam verdadeiras para um mesmo sujeito. Podemos dizer isto da seguinte forma:

$$(NP_1 \text{ é } NP_2 \ \& \ NP_1 \text{ é } NP_3 \ \& \ NP_1 \text{ é } A) \longrightarrow (NP_1 \text{ é } NP_2 \ \wedge \ \& \ NP_1 \text{ é } NP_3 \ \wedge)$$

(os índices indicam co-referencialidade)

Os três critérios só consideram adjetivos atributos em sintagma nominal predicativo. Isto é uma limitação muito grande e a validade dos resultados obtidos depende de considerarmos que possam ser estendidos a outras posições, o que não é óbvio. Ainda, o fato de um adjetivo ser considerado AC em um contexto não implica que ele seja AC em todos os contextos. Mais do que classes, estamos tratando de usos dos adjetivos.

## 2. NATUREZA DA DISTINÇÃO CATEGOREMÁTICO/SINCATEGOREMÁTICO.

*"O Binômio de Newton é tão belo como  
a Vênus de Milo.*

*O que há é pouca gente para dar por  
isso."*

*Álvaro de Campos*

### 2.1. Predicados de níveis diferentes.

2.1.1. Hans Reichenbach, em seu trabalho "Elements of Symbolic Logic", apresenta uma distinção entre dois tipos de adjetivos.

*"... let us compare the statement 'John drives slowly' with the statement 'Royce Hall is a red building'. The word 'slowly' is a modifier of the function 'drives'; the word 'red', however, is not a modifier of the function 'building', but is an independent function. The independence is evident when our second sentence is written in the form 'Royce Hall is a building and Royce Hall is red'; for the first sentence such a transformation is not possible. (...) However, not all adjectives are independent functions. Let us write, instead of the first sentence, 'John is a slow driver'. This sentence differs from the first only in so far as it asserts a constant property of John and therefore represents an extended tense; it is equivalent to the sentence 'John always drives slowly'. Therefore the word 'slow' is here also a modifier of the function 'driver'. This is clear, too, because we cannot divide the sentence into two sentences 'John is slow and John is a driver'. What is said is not that John is slow in general but only that John is slow in his driving; thus the word 'slow', as before, operates as*

a modifier of 'drive'." (Reichenbach, 1947: §53, p.301)

Reichenbach considera os adjetivos que são funções independentes como predicados do primeiro nível (predicam termos). Assim, no exemplo apresentado no excerto acima, 'building' predica 'Royce Hall' e 'red' também predica 'Royce Hall'; os predicados 'is a building' e 'is red' são ambos predicados do primeiro nível. Já o adjetivo 'slow' em 'John is a slow driver', não predica 'John', mas sim 'driver'. Deste modo, 'driver' é um predicado do primeiro nível e 'slow' é um predicado do segundo nível (predicado de predicado do primeiro nível).

A proposta de Reichenbach consiste em tratar-se os adjetivos que não são funções independentes (como 'slow') como advérbios. O fato de 'red' e 'slow' pertencerem a uma mesma categoria sintática (morfo-distribucional) tradicionalmente reconhecida — adjetivos — é apenas uma prova a mais da inadequação lógica das línguas naturais.

2.1.2. Parece claro que os adjetivos que Reichenbach afirma serem funções independentes são os nossos adjetivos categoremáticos e que os adjetivos que não são funções independentes (que são logicamente advérbios) são os nossos adjetivos sincategoremáticos.

Assim, temos em Reichenbach uma primeira proposta de estabelecimento da natureza da distinção categoremático/sincategoremático.

Acreditamos, no entanto, que o problema não se resolve tão facilmente assim. Em primeiro lugar, uma proposta como esta nos levaria a uma sintaxe profunda, tão abstrata que nos faria

perder de vista as intuições básicas das línguas naturais, que distinguem adjetivo de advérbio. Além disso, a identificação dos AS com advérbios nos acarretaria consequências problemáticas. Pensemos, por exemplo, nos adjetivos que indicam medida: dificilmente poderíamos pensar em 'quente', 'alto', 'grande', etc., como advérbios, embora sejam sincategoremáticos; da mesma forma, adjetivos como 'nuclear', 'político', 'linguístico', etc. Outro ponto que nos levaria a contestar a identificação dos AS com advérbios é a possibilidade que muitos AS apresentam de ocuparem a posição de predicativo, enquanto os advérbios nunca ocupam essa posição.

A proposta de Reichenbach nos indica uma direção mas não nos satisfaz.

## 2.2. Extensionalidade e Intensionalidade.

2.2.1. Inicialmente procuremos conceituar com clareza as duas noções que nos servirão de instrumental para o estabelecimento da natureza da distinção categoremático/sincategoremático: extensão e intensão.

Tomemos, por exemplo, o adjetivo 'azul'. Este adjetivo estabelece uma extensão, que é a classe de todos os objetos azuis, e tem uma intensão, que é a propriedade 'ser azul'.

Carnap caracteriza informalmente intensão como:

*"The intension of a predicate 'Q' for a speaker X is the general condition which an object y must fulfil in order for X to be willing to ascribe the predicate 'Q' to y."* (Carnap, 1955:242)

Para que possamos dizer que 'Q' tem a propriedade F como a sua intensão, é preciso que 'Q' só possa ser utilizado como predicado de y se y tem a propriedade F. Trocando em miúdos, para se dizer que a expressão "AZUL" tem a propriedade 'ser azul' como

sua intensão, é preciso que "AZUL" só possa ser utilizada como predi-  
cado de um objeto qualquer se este objeto apresentar a propriedade  
'ser azul'.

A extensão de uma expressão é a classe que corres-  
ponde a ela, enquanto a intensão de uma expressão é a propriedade  
que lhe corresponde. Por exemplo, a extensão da expressão "HUMANO" é  
a classe dos humanos enquanto sua intensão é a propriedade 'ser huma-  
no'. A classe dos humanos é idêntica à classe dos bípedes implumes,  
no entanto, a propriedade 'ser humano' e a propriedade 'ser bípede  
implume' não são idênticas. Logo, as expressões "HUMANO" e "BÍPEDE  
IMPLUME" têm a mesma extensão e intensões diferentes.

Carnap (1947) define extensão e intensão a partir  
do conceito de L-verdade. Dito informalmente, uma proposição qual-  
quer 'P' é L-verdadeira se, e apenas se, 'P' é uma verdade lógica.

Segundo Carnap, a proposição

$$(2.1) \forall x (Hx \equiv (F \cdot B)x)$$

(onde H= 'é humano'; F= 'é implume'; B= 'é bípede')

é verdadeira mas não é L-verdadeira. A proposição em questão pode  
ser abreviada para

$$(2.2) H \equiv (F \cdot B)$$

e neste caso temos uma equivalência que é verdadeira mas não é L-ver-  
dadeira (é F-verdadeira). Por outro lado, a verdade da proposição

$$(2.3) \forall x (Hx \equiv RAx)$$

(onde RA= 'é animal racional')

pode ser estabelecida sem apelo a fatos do mundo, mas simplesmente  
pelas regras semânticas de uma determinada linguagem (sistema  $S_1$ , no

texto de Carnap) e pelas regras de verdade do quantificador e da equivalência. Assim, (2.3) é L-verdadeira e a abreviação (2.4) é uma L-equivalência.

$$(2.4) H \equiv RA$$

Deste modo, dado o sistema  $S_1$ , os predicados 'H' e 'RA' são L-equivalentes e os predicados 'H' e '(F.B)' são F-equivalentes. A partir destes conceitos, Carnap define as expressões 'ter a mesma extensão' e 'ter a mesma intensão':

(2.5) a. Dois designadores têm a mesma extensão (em  $S_1$ )  $\text{df}$  eles são F-equivalentes (em  $S_1$ ).<sup>1</sup>

b. Dois designadores têm a mesma intensão (em  $S_1$ )  $\text{df}$  eles são L-equivalentes (em  $S_1$ ).

Em consequência, se dois designadores são F-equivalentes, podemos dizer que suas extensões são idênticas e suas intensões são equivalentes. Por outro lado, se dois designadores são L-equivalentes, podemos dizer que suas intensões são idênticas.

NOTA 1: Para Carnap 'designador' é qualquer expressão passível de análise semântica. Ele considera, entre outros, como designadores as sentenças, os predicados e as descrições.

Considerando que a extensão de um predicado é a classe que este predicado determina e a intensão é a propriedade que lhe corresponde, pode-se dizer que

a) a propriedade 'humano' é equivalente à propriedade 'bípede implume', mas não é L-equivalente (é F-equivalente).

b) a propriedade 'humano' é L-equivalente à propriedade 'animal racional'.

2.2.2. Tomemos alguns casos:

(2.6) a. João é pianista e arranjador.

b. João é um pianista cego.

c. João é um arranjador cego.

(2.7) a. João é pianista e arranjador.

b. João é um pianista famoso.

c. João é um arranjador famoso.

Parece-nos claro que (2.6) e (2.7) apresentam comportamentos diferentes. Dada a verdade de (2.6)a e (2.6)b, infere-se a verdade de (2.6)c, ou seja, (2.6)c é a conclusão lógica de (2.6)a e (2.6)b. Agora, dada a verdade de (2.7)a e (2.7)b, não podemos inferir a verdade de (2.7)c; é possível que alguém que seja pianista e arranjador torne-se famoso apenas como pianista ou como arranjador. A verdade de (2.7)c não é garantida pela verdade de (2.7)a e (2.7)b.

Ao observarmos (2.6) e (2.7) notamos que a única diferença está no adjetivo — 'cego' em (2.6) e 'famoso' em (2.7). Acreditamos que é a presença de um ou de outro adjetivo que permite ou impede a inferência de c a partir de a e b. Notamos ainda que 'cego', neste contexto, é categoremático enquanto 'famoso' é sincategoremático, de modo que podemos arriscar a afirmação de que é a presença de um AS em (2.7) que impede a inferência e é a presença de um AC em (2.6) que torna a inferência possível.

Analiseemos o adjetivo 'novo' na sentença

(2.8) Pedro é um físico novo.



Em primeiro lugar, é preciso assinalar que (2.8) permite duas leituras: (2.8') Pedro é um físico de pouca idade.

(2.8'') Pedro é físico há pouco tempo.

O adjetivo 'novo' que permite a leitura de (2.8') é categoremático. Se não, vejamos. Entendendo 'novo' deste modo podemos perfeitamente considerar (2.9) como paráfrase de (2.8).

(2.9) Pedro é físico e Pedro é novo.

Mais ainda, dado que todo físico é homem, se Pedro é um físico novo, Pedro é um homem novo. Parece-nos claro que na leitura de (2.8'), 'novo' é um AC.

Pensemos agora na outra possibilidade de leitura. Para começar, se interpretarmos 'novo' como em (2.8''), (2.9) não é paráfrase de (2.8). Além disso, mesmo que todo físico seja homem, o fato de Pedro ser um físico novo não implica em que ele seja um homem novo (pode ser velho em idade e físico há pouco tempo). Assim, quando a interpretação é a de (2.8''), 'novo' é um AS.

Passemos aos seguintes casos:

(2.10) a. Pedro é físico e é químico.

b. Pedro é um físico novo.

c. Pedro é um químico novo.

Se considerarmos 'novo' como um AC (leitura de (2.8')), a verdade de (2.10)c é garantida pela verdade de (2.10)a e b. Porém, se considerarmos 'novo' como AS (leitura de (2.8'')), (2.10)c não será conclusão lógica de (2.10)a e (2.10)b.

Temos, então, que a inferência, em casos como (2.6), (2.7) e (2.10), será possível se o adjetivo for categoremático e não

será possível se o adjetivo for sincategoremático.

2.2.3. Retomemos agora os exemplos (2.6) e (2.7) e os estudemos mais cuidadosamente. Por comodidade, repitamos (2.6):

(2.6) a. João é pianista e arranjador.

b. João é um pianista cego.

c. João é um arranjador cego.

Em primeiro lugar, vejamos o que se quer dizer com (2.6)a. O que temos afirmado aí é que João pertence ao conjunto dos pianista e pertence ao conjunto dos arranjadores, isto é, está na intersecção desses dois conjuntos. Dito de forma mais rigorosa:

1. Tomemos por convenção que:

$P = \{x: x \text{ é pianista}\}$  (o conjunto dos  $x$  tais que  $x$  é pianista)

$A = \{x: x \text{ é arranjador}\}$

$j = \text{João}$

2. "João é pianista e arranjador" =  $(j \in P) \ \& \ (j \in A) = j \in (P \cap A)$

Passemos agora a (2.6)b. Dizer-se que João é um pianista cego equivale a dizer-se que João pertence ao conjunto dos pianistas e ao conjunto dos cegos — está na intersecção dos dois conjuntos. Numa linguagem mais rigorosa:

"João é um pianista cego" =  $(j \in P) \ \& \ (j \in C) = j \in (P \cap C)$

(onde  $C = \{x: x \text{ é cego}\}$ )

Ora, se  $j$  está na intersecção de  $P$  e  $A$  e está na intersecção de  $P$  e  $C$ , necessariamente deverá estar na intersecção de  $A$  e  $C$ .

$((j \in (P \cap A)) \ \& \ (j \in (P \cap C))) \longrightarrow j \in (A \cap C)$

Quer dizer, se João é pianista e arranjador e João é um pianista ce-

go, então João é um arranjador cego.

"... the concept of 'set' in set theory can be said to be extensional in the sense that one does not bother about the way in which the members of a set have been chosen." (Allwood e outros, 1977:5)

Assim, se nós podemos tratar (2.6) e podemos explicar porque é possível inferir a verdade de (2.6)c a partir de a e b usando como instrumental a teoria dos conjuntos, podemos afirmar que, no caso em questão, são as extensões das expressões que estão em jogo.

Vejamos o exemplo (2.7):

(2.7) a. João é pianista e arranjador.

b. João é um pianista famoso.

c. João é um arranjador famoso.

Tínhamos visto acima que não é possível inferir a verdade de (2.7)c a partir da verdade de a e b. Ora, se neste caso, tal como em (2.6), as extensões das expressões estivessem em jogo, a inferência deveria ser possível. Demonstremos:

1. Tomemos por convenção:

$P = \{x: x \text{ é pianista}\}$

$A = \{x: x \text{ é arranjador}\}$

$F = \{x: x \text{ é famoso}\}$

$j = \text{João}$

Em (2.7)a temos que  $j \in (P \cap A)$ . Em (2.7)b temos que  $j \in (P \cap F)$ . Desse modo,

$((j \in (P \cap A)) \ \& \ (j \in (P \cap F))) \longrightarrow j \in (A \cap F)$

Se considerarmos que estamos trabalhando com extensões, neste caso, conseguimos uma implicação que tem o antecedente verdadeiro e o consequente falso, ao menos em uma interpretação. Isto nos leva a reconsiderar a utilização de operações sobre extensões para dar conta de (2.7). A entrada em cena do adjetivo 'famoso' é que criou todo o problema. Assim, tudo leva a crer que, em (2.7), 'famoso' não é usado extensionalmente, enquanto 'cego', em (2.6), o é.

2.2.4. Como vimos acima, as expressões têm extensão e intensão. Se o adjetivo 'famoso' não é usado extensionalmente em (2.7), deve estar sendo usado intensionalmente. Tentemos mostrar que isto se dá, encontrando duas expressões com a mesma extensão e com intensões diferentes (duas expressões F-equivalentes) e observando o resultado da predicação por 'famoso' em cada caso.

Consideremos as expressões:

(2.11) O chefe do Departamento de Linguística.

(2.12) O professor de Semântica Formal.

Suponhamos que, num dado universo, estas duas expressões tenham a mesma extensão: Rodolfo.

Consideremos agora as seguintes sentenças:

(2.13) Rodolfo é o famoso chefe do Departamento de Linguística.

(2.14) Rodolfo é o famoso professor de Semântica Formal.

Ora, a verdade de (2.13) não implica na verdade de (2.14), e vice-versa, embora as expressões grifadas tenham a mesma extensão. Parece-nos claro, então, que são as intensões das expressões grifadas que estão sendo predicadas por 'famoso', em (2.13) e (2.14).

Na medida em que é a presença do adjetivo 'famoso'

que nos leva a considerar as intensões das expressões, tanto em (2.13) e (2.14) como em (2.7) b e c, podemos afirmar que 'famoso', e possivelmente outros adjetivos mais, introduzem contextos intensio-  
nais (ou opacos).

Temos assim que há adjetivos que são usados inten-  
sionalmente, predicando a intensão do nome ao qual se ligam, e há  
adjetivos que são usados extensionalmente, predicando a extensão do  
nome ao qual se ligam. Como exemplo de adjetivo usado intensionalmen-  
te teríamos 'famoso', em (2.7), e como exemplo de adjetivo usado ex-  
tensionalmente teríamos 'cego', em (2.6).

2.2.5. É possível ligar categorematicidade e extensionalidade, de mo-  
do que os adjetivos categoremáticos sejam aqueles que são usados ex-  
tensionalmente e os adjetivos sincategoremáticos sejam aqueles que  
são usados intensionalmente.

Façamos uma retomada das características dos AC e  
dos AS que apontamos no capítulo 1 e vejamos se as noções de exten-  
são e intensão são capazes de justificá-las.

A primeira característica que levantamos é a trans-  
feribilidade. Podemos facilmente notar que a noção de transferibili-  
dade está ligada à noção de extensionalidade se nos voltarmos aos  
exemplos (2.6) e (2.7). No exemplo (2.6), o adjetivo 'cego' é trans-  
ferível de 'pianista' para 'arranjador' porque é extensional. Quer di-  
zer, uma vez garantida a co-extensionalidade de 'pianista' e 'arran-  
jador' (o artigo indefinido e o sujeito da sentença o fazem) tanto  
faz predicar um como predicar outro, o que estamos predicando, na  
verdade, é o indivíduo (ou indivíduos) que compõe a extensão. No

exemplo (2.7), o adjetivo 'famoso' não é transferível porque é intensional — ele predica a propriedade 'pianista' e, portanto, só será transferível se em lugar de pianista, colocarmos outra expressão que lhe seja L-equivalente.

A segunda característica apontada é o alcance da predicação exercida pelos dois tipos de adjetivos. Os AC predicam seus argumentos de modo absoluto, enquanto os AS predicam de modo relativo (Cf. Bolinger, 1967; Katz, 1972; Siegel, 1976). Ora, se pensarmos que os AC predicam a extensão dos nomes aos quais se ligam, fica explicado o fato de esta predicação ser 'absoluta'. Se os indivíduos que constituem a extensão do nome é que possuem a propriedade, não importa o modo pelo qual chegemos à extensão (não importa a intensão) — a propriedade continuará presente. Agora, se o adjetivo predica a intensão do nome, então a troca de uma intensão por outra, mesmo que a extensão se mantenha, poderá mudar o valor da expressão, e, como vimos, interferir nos valores de verdade das proposições das quais faça parte.

A terceira característica (Cf. Reichenbach, 1947; Bolinger, 1967; Quine, 1969; Zuber, 1973) é a possibilidade de separação de uma proposição da forma  $N_1$  é  $N_2$  A em duas proposições ligadas por conjunção:  $N_1$  é  $N_2$  e  $N_1$  é A. Se a separação é possível, o adjetivo é categoremático; se não é possível a separação, o adjetivo é sincategoremático. Parece-nos claro, novamente, que a extensio-  
nalidade justifica este fato. É possível dizer que "João é cego", no contexto de (2.6), porque 'cego' determina um conjunto (tem uma extensão) do qual 'João' é um elemento; não é possível dizer que "João

é famoso", no contexto de (2.7), porque 'famoso' não determina um conjunto (não estabelece uma extensão). Assim, se entendermos que os adjetivos sincategoremáticos são intensionais, a impossibilidade de os considerarmos funções independentes, no sentido de Reichenbach, está justificada.

2.2.6. Gostaríamos de discutir um pouco mais algumas implicações desta terceira característica. Bolinger nos diz que o adjetivo categoremático independe do nome ao qual se liga porque é atribuído diretamente ao sujeito da sentença (nos casos em que o A é atributo do N predicativo).

(2.15) João é um professor calvo.

O adjetivo 'calvo', em (2.15), é AC porque, entre outras coisas, liga-se diretamente a 'João', independentemente de 'professor' (Cf. Reichenbach, 1947 e Bolinger, 1967). Mas se pensarmos em (2.16)

(2.16) Um professor calvo esteve aqui.

notamos que não temos mais um nome como 'João' para ligarmos o adjetivo. No entanto, sentimos, intuitivamente, que 'calvo' não se liga a 'professor', na medida em que não se está dizendo que alguém que é 'calvo enquanto professor' esteve aqui. Poderíamos dizer que 'calvo' está se ligando à extensão de 'professor' em ambos os casos — (2.15) e (2.16) —, sendo que em (2.15) se está identificando a extensão de 'um professor calvo' com 'João' e em (2.16) está-se deixando que esta extensão permaneça indefinida (ao menos, não-definida). Numa linguagem do cálculo de predicados, isto poderia se representar da seguinte forma:

(2.15')  $\exists x ((Px \ \& \ Cx) \ \& \ Jx)$

(2.16')  $\exists x ((Px \ \& \ Cx) \ \& \ Ex)$

(onde  $P =$  'x é professor';  $C =$  'x é calvo';  $E =$  'x esteve aqui';

$J =$  'x é João')

Assim, fica garantida a semelhança de 'um professor calvo' nos dois exemplos. A diferença estaria : em (2.15) identificar o  $x$  com 'João', enquanto em (2.16) o  $x$  permanecer indefinido. Evidentemente, nesta proposta de representação, teríamos que considerar o nome próprio como podendo ser eliminado em favor de um predicado (Cf. Quine, 1953 e Russel, 1905).<sup>2</sup>

Já a representação das proposições que contenham AS apresenta um outro problema. Possivelmente teremos que lançar mão de predicados de segundo nível, isto é, fazer com que a predicação do AS não recaia sobre uma constante ou uma variável que representem indivíduos, mas sobre uma propriedade. Assim, 'famoso', em (2.7)b não predica 'João' nem predica indivíduos que pertençam à extensão de 'pianista' mas predica a própria propriedade 'ser pianista'.

NOTA 2: Teríamos outras alternativas para esta análise. Uma delas seria considerar 'João' como uma constante que satisfaria os predicados 'P' e 'C'. O exemplo (2.15) seria representado por

(2.15'')  $(Pj \ \& \ Cj)$

(onde  $j =$  João)

Já o exemplo (2.16) permaneceria com a representação de (2.16').



O problema que notamos nesta representação de (2.15) é a impossibilidade de isolarmos a expressão 'um professor calvo'; na representação proposta em (2.15') esta expressão pode ser facilmente isolada.

Outra possibilidade seria adotar-se uma postura como a de Geach (1968), para quem 'João', em (2.15) seria um nome e 'professor' e 'calvo' seriam predicados. Em (2.16) não teríamos nenhum nome mas os predicados 'professor' e 'calvo' estariam predicando um indivíduo identificado anteriormente por ostensão. Assim, (2.16) seria o resultado de um processo que se iniciaria com um enunciado (não necessariamente atualizado) "Este homem é um professor" e continuaria com uma predicação feita sobre o predicado do primeiro enunciado e assim por diante. Poderíamos, deste ponto de vista, manter a proposta de que 'calvo' não se ligaria a 'professor': em (2.15) ligar-se-ia a 'João' e em (2.16), ao indivíduo identificado ostensivamente.

Obviamente a proposta de Geach é problemática na medida em que não podemos afirmar que se identifica inicialmente um indivíduo em casos como:

"Um professor calvo não conseguiria o respeito destes cabeludos".

### 3. ADJETIVOS CATEGOREMÁTICOS E SINCATEGOREMÁTICOS EM PORTUGUÊS.

*"A Realidade*

*Sempre é mais ou menos*

*Do que nós queremos."*

*Ricardo Reis*

Não pretendemos apresentar, neste capítulo, um estudo profundo e exaustivo da categorematicidade dos adjetivos do português. Pretendemos apenas anotar certos fatos e certos fenômenos em que a distinção categoremático/sincategoremático parece exercer algum papel. Faremos alguns apontamentos que podem resultar úteis a quem se dispuser a estudar os adjetivos do português.

#### 3.1. Alguns adjetivos categoremáticos.

Coloquemos, inicialmente, alguns exemplos e os discutamos.

(3.1) Oswald Ducrot é um lingüista francês.

(3.2) Comprei um carro vermelho.

(3.3) Pedro é um pintor cego.

Parece-nos claro que, em (3.1), 'francês' é um AC, uma vez que ninguém pensaria que Ducrot só é francês enquanto lingüista. Se aplicarmos os critérios propostos anteriormente, veremos que, de fato, 'francês' é categoremático.

(3.1') Oswald Ducrot é lingüista e Oswald Ducrot é francês.

(3.1'') a. Todo lingüista é cientista.

b. Oswald Ducrot é um lingüista francês.

c. Oswald Ducrot é um cientista francês.

(3.1''') a. Oswald Ducrot é lingüista e alpinista.

b. Oswald Ducrot é um lingüista francês.

c. Oswald Ducrot é um alpinista francês.

O adjetivo 'francês' satisfaz os três critérios propostos para a caracterização dos categoremáticos: permite a conjunção; predica o hipônimo do nome; e é transferível.

Pensemos agora no seguinte caso:

(3.4) a. Fritz é um soldado alemão.

b. Fritz é um soldado francês.

É interessante notar que há pelo menos um caso em que, considerando-se Fritz como uma única pessoa, tanto (3.4)a quanto (3.4)b são verdadeiras. Imaginemos a seguinte situação. Fritz é nascido na Alemanha e é soldado — Fritz é um soldado alemão. Desgostoso com sua pátria, Fritz resolveu alistar-se na Legião Estrangeira da França — Fritz tornou-se um soldado francês. Nesta situação, Fritz é, ao mesmo tempo, um soldado alemão e um soldado francês. Além disso, nada nos impede de dizer que Fritz é um soldado alemão que não é um soldado alemão.

Este paradoxo pode ser facilmente resolvido se dermos uma interpretação categoremática a um adjetivo e sincategoremática ao outro. Consideremos 'alemão' em (3.4)a como AC e 'francês' em (3.4)b como AS. Desta maneira, em (3.4)a, teremos que Fritz é soldado de profissão e alemão de nascimento e estas duas "qualidades" de Fritz são independentes entre si. Já em (3.4)b temos que Fritz não é francês mas o soldado o é, ou seja, Fritz é soldado francês de profissão (soldado do "tipo" francês) e, portanto, só é francês enquanto soldado. Não há incompatibilidade entre os dois adjetivos e Fritz

pode ser alemão, em termos absolutos, e francês, em termos relativos. Na situação proposta, 'alemão' modifica a extensão de 'soldado' e 'francês' modifica a intensão.

Este tipo de ambigüidade envolvendo os adjetivos ditos pátrios ou gentílicos é bastante freqüente na linguagem do dia a dia. Ouvimos recentemente uma pessoa declarar em um programa de televisão: "Se fôssemos comer pizza napolitana com lingüiça calabresa, não haveria dinheiro que chegasse". Obviamente joga-se aí com a ambigüidade categoremático/sincategoremático dos pátrios.

Outro tipo de fenômeno que chama nossa atenção no exemplo (3.4) é a possibilidade de reduzirmos as duas sentenças a uma só:

(3.5) Fritz é um soldado francês alemão.

O interessante neste caso é que a ordem dos adjetivos é absolutamente rígida. A inversão da ordem de 'francês' e 'alemão' implica em modificação de significado.<sup>1</sup>

NOTA 1: O exemplo (3.5) nos sugere que o AS deve ser o primeiro após o nome, vindo em seguida o AC. Temos que não. Há casos em que ocorre o o-  
posto, por exemplo:

a. Pedro é um pianista cego famoso.  
Neste exemplo podemos notar que 'cego', que é AC, vem imediatamente após o nome, enquanto 'famoso', que é AS, vem em segundo lugar. Acreditamos que no

caso de (3.5), uma vez que os adjetivos são muito semelhantes, a ordem é o único recurso disponível para distinguir os diferentes papéis, enquanto no exemplo a, acima, os traços semânticos dos dois adjetivos são suficientes para que os papéis sejam estabelecidos, tornando-se a ordem, assim, irrelevante.

Passemos agora ao exemplo (3.2). Podemos facilmente notar que 'vermelho' é, neste contexto, um AC. O objeto em questão é carro e é vermelho; se todo carro é veículo, um carro vermelho é, necessariamente, um veículo vermelho. De modo geral, os adjetivos que indicam cores são categoremáticos, porém, se os colocarmos em certos contextos, um uso sincategoremático parece possível.

(3.6) Eu não quero maçã branca. Traga-me uma maçã vermelha, mesmo que não esteja madura.

Em (3.6), 'branca' e 'vermelha', mais do que uma cor, indicam um tipo de maçã — uma maçã vermelha não precisa ter a cor vermelha (se não estiver madura, não será vermelha) enquanto uma maçã branca será normalmente de cor verde (a maçã branca apresenta uma cor próxima à da pera).

Do mesmo modo, o exemplo (3.3) apresenta o adjetivo 'cego' em um uso categoremático. No entanto, podemos encontrar contextos onde seu uso é sincategoremático, como por exemplo

(3.7) Pedro é um pintor cego. Nada vê além da pintura.

Em (3.7), Pedro não é cego porque seja deficiente visual, mas é cego porque nada lhe interessa a não ser a pintura.

Acreditamos que os adjetivos que indicam qualidades físicas, como 'cego', 'vermelho', 'doente', etc. apresentam-se preferencialmente em uso categoremático, sendo que, em contextos apropriados, podem apresentar uso sincategoremático.

### 3.2. Alguns adjetivos sincategoremáticos.

Vejam alguns exemplos que apresentem adjetivos em uso sincategoremático:

(3.8) Pedro é um perfeito idiota.

(3.9) Maurício é um físico nuclear.

Parece claro que em (3.8) não se está afirmando que Pedro é idiota e é perfeito; tampouco por ser um perfeito idiota, Pedro será um perfeito cavalheiro. Obviamente trata-se de um AS.

O adjetivo 'perfeito' parece ser um "intensificador" do nome — ele nos diz que o nome deve ser tomado com uma "intensidade" máxima. Dizer que alguém é um perfeito idiota é dizer que esse alguém não poderia ser mais idiota do que é.

'Perfeito', em (3.8), funciona do mesmo modo que 'bom' em casos como "Ele é um bom sem-vergonha" ou "Esperei um bom tempo até que ela ficasse pronta".

Estes intensificadores requerem nomes que permitam gradação. Para que alguém possa ser "um perfeito cavalheiro" é necessário que haja diversos graus de cavalheirismo. Em princípio, este fato nos coloca o problema de casos como

(3.10) Esperei uma boa meia-hora até que ela se vestisse.

uma vez que 'meia-hora' não parece passível de gradação. No entanto, parece-nos que o problema aí é de expectativa. Para que uma pessoa se vista, a expectativa é de um tempo menor que meia-hora, assim, 'meia-hora' pode ser subjetivamente intensificada. No telefone, cinco minutos é muito tempo, deste modo, 'Esperei uns bons cinco minutos no telefone até que ela atendesse" é uma sentença perfeitamente aceitável, enquanto 'Esperei uns bons cinco minutos até que ele tomasse o avião, fosse a São Paulo e retornasse" é estranha, uma vez que cinco minutos é um tempo abaixo da expectativa para que alguém tome um avião, vá a São Paulo e retorne. A intensificação só será adequada aos casos em que o tempo expresso pelo nome seja superior à expectativa dos falantes.

No exemplo (3.9), o adjetivo 'nuclear' liga-se à intensão de 'físico', modificando-a. Não podemos dizer que Maurício é nuclear — apenas o físico é nuclear ou não (físico tomado como atividade e não como indivíduo). 'Nuclear' é um "tipificador", tal qual 'militar' em 'polícia militar' ou 'florestal' em 'engenheiro florestal'. O adjetivo 'francês' em (3.5) e os adjetivos 'branca' e 'vermelha' em (3.6) também serão "tipificadores".<sup>2</sup>

NOTA 2: Em Back & Mattos (1972) encontramos definida distribucionalmente uma classe de adjetivos, ditos ESPECIFICADORES, que equivalem aos adjetivos que estamos denominando "tipificadores".



### 3.3. Alguns adjetivos ambíguos.

Pensemos nos seguintes dois exemplos:

(3.11) Maria é uma estudante inteligente.

(3.12) Pedro é um senador honesto.

Nestes dois casos, os adjetivos sublinhados são am-  
bíguos.<sup>3</sup> Em (3.11), Maria é inteligente e é estudante — i.é., Ma-  
ria é inteligente de modo absoluto, também como estudante — ou Ma-  
ria é inteligente enquanto estudante, mas não o é em outros domí-  
nios (Cf. Siegel, 1976; neste trabalho, exemplos (1.32) e (1.33)).  
A mesma ambiguidade podemos observar em relação ao adjetivo 'hones-  
to' em (3.12).

NOTA 3: Na realidade, a sentença é  
que é ambígua e não os adjetivos. O  
adjetivo é um só e o fato de ele po-  
der ser interpretado de dois modos de-  
pende do tipo de relação predicativa  
que mantêm com o nome (extensional ou  
intensional). Assim, o adjetivo não é  
ambíguo, mas a sentença é que apresen-  
ta duas estruturas. Apesar disto, por  
questão de comodidade, vamos continu-  
ar chamando de ambíguo o adjetivo que  
puder ter duas interpretações.

O que torna interessante o exemplo (3.12) é o fato  
de o adjetivo poder ser desambiguado mediante a anteposição:

(3.12') Pedro é um honesto senador.

Em (3.12') a única interpretação possível é a de que Pedro é honesto enquanto senador, ou seja, a interpretação em que o adjetivo é AS.

Encontramos inúmeros casos em que a anteposição do adjetivo é um recurso possível para a desambiguação:

(3.13) a. Nicolescu é um belo jogador de basquete.

b. Nicolescu é um jogador de basquete belo.

(3.14) a. O pianista novo atendia aos pedidos dos fregueses.

b. O novo pianista atendia aos pedidos dos fregueses.

No entanto, nem sempre a posição nos pode indicar o uso que está sendo feito do adjetivo. Observe-se os seguintes casos:

(3.15) a. O pianista calvo não parava de passar a mão na cabeça.

b. O calvo pianista não parava de passar a mão na cabeça.

(3.16) a. Luís é um professor competente.

b. Luís é um competente professor.

Em (3.15), tanto a quanto b têm em 'calvo' um AC. Em (3.16), a e b têm o adjetivo 'competente' claramente como um AS.

Não acreditamos na adequação descritiva de uma análise que tente tomar qualquer fator, sintático, semântico ou pragmático como o fator decisivo para basear suas conclusões. Achamos que as línguas naturais oferecem aos falantes uma gama de recursos que podem ser usados alternativamente com o objetivo de tornar precisa a comunicação. Por exemplo, a ordem, como recurso para distinguir sujeito de objeto em casos como "Pedro matou o lobo", é dispensável se acrescentarmos uma preposição a "o lobo" — "Pedro ao lobo matou",

"Ao lobo Pedro matou" — ou se apelarmos para a concordância, em ca sos como "Pedro os lobos matou" ou "Pedro os lobos mataram".

Também no caso da distinção categoremático/sincate goremático, a ordem dos adjetivos numa série influi (ver ex. (3.5)) bem como a anteposição ou posposição do adjetivo em relação ao nome, sem no entanto ser, um ou outro recurso, o fator decisivo que nos permitiria distinguir os dois usos dos adjetivos.<sup>4</sup>

NOTA 4: Parece-nos que na anteposição ou posposição dos adjetivos há outros fatores envolvidos. Pazini (1978) acha que os adjetivos, para serem ante postos, precisam ser explicativos (de rivados de relativa explicativa) e precisam apresentar um traço [igradição] em suas entradas lexicais. Para ela os adjetivos antepostos seriam re sultado de uma transformação não-obri gatória de extraposição que deslocari a adjetivos pospostos, desde que es tes preenchessem os requisitos neces sários.

Outro modo de entender a dife rença entre adjetivo anteposto e adje tivo posposto estaria ligado ao desen volvimento e à explicitação de noções tradicionais como 'restrição' e 'ex-

plicação' (aposição). Os adjetivos restritivos (aqueles que delimitam sub-conjuntos no conjunto delimitado pelo nome) são pospostos, enquanto os adjetivos explicativos (aqueles que se aplicam ao conjunto delimitado pelo nome, sem estabelecer sub-conjuntos) seriam antepostos. A posição em relação ao nome poderia ser substituída por recursos fonológicos, por exemplo, permitindo, assim, que adjetivos explicativos aparecessem pospostos.

### 3.4. Um grupo de adjetivos problemáticos.

Há um grupo de adjetivos que parece criar problemas especiais na hora em que tentamos situá-los frente à categorematicidade. São os adjetivos que Vendler denomina  $A_2$ 's e que Katz chama 'relativos'. Por exemplo: 'alto', 'baixo', 'quente', 'frio', 'fino', 'grosso', 'grande', 'pequeno', 'caro', 'barato', etc.

Dizemos que estes adjetivos são problemáticos porque não parece ser pacífica a determinação de sua categorematicidade. Zuber afirma: "Un grand homme n'est pas nécessairement grand alors qu'un homme grand est grand par définition." (Zuber, 1973:127). E desta afirmação podemos concluir que o 'grand' anteposto é sincategoremático e o 'grand' posposto é categoremático. Zuber vai ainda adiante e afirma que "les termes catégorématiques ne le sont pas neces-

ainement au sens absolu, dans tout l'univers, mais dans un univers 'naturel' décrit par ailleurs à l'aide de traits sémantiques: un homme grand est grand dans l'univers des humains (mâles) mais pas obligatoirement dans l'univers des animés et sûrement pas dans l'univers des objets (s'il arrivait que l'homme soit considéré comme un objet)." (Zuber, 1973:127).

Parece que Zuber cai em contradição com seus próprios critérios. Se pudermos entender que o AC pode ser determinado em relação ao universo descrito pelo nome, não mais teremos diferença entre os categoremáticos e os sincategoremáticos.

Acreditamos que o problema está no nome ao qual se liga o adjetivo. Como afirma Bolinger (1967:20), o nome 'homem' é tão pouco especificado que, na sua terminologia, o referente e a referência não se distinguem de forma clara. Vamos observar o adjetivo 'grande' junto de outro nome, cuja especificação semântica seja um pouco mais rica — 'mulher'.

(3.17) Vera é uma mulher grande.

Ora, será que podemos dizer que Vera é grande por definição? Temos que não. Vera só é grande enquanto mulher (é grande se considerarmos a média de tamanho das mulheres). Vera é uma mulher grande mas não precisa ser um ser humano grande, embora todas as mulheres sejam seres humanos. Se considerarmos 'grande' como categoremático e mesmo assim tendo o seu valor estabelecido no universo definido pelo nome, então, todos os adjetivos que consideramos AS até aqui, poderiam ser considerados AC.

(3.18) Mário é um cantor famoso.

Em (3.18) poderíamos dizer que 'famoso' é AC e que Mário é famoso por definição, desde que tomemos o conjunto dos cantores como universo. No entanto, os critérios que estabelecemos acima (e que se encontram no próprio Zuber) nos levam a considerar 'famoso', em (3.18), como um AS.

Obviamente há uma diferença semântica entre o 'grande' anteposto e o 'grande' posposto, mas esta diferença não consiste na oposição AC e AS. Possivelmente entram em jogo, neste caso, distinções como 'explicativo' e 'restritivo' ou outras com as quais não nos ocupamos no momento.

Deste modo, em virtude dos critérios que estabelecemos no capítulo 1, preferimos considerar os adjetivos em questão como AS (ao menos, preferencialmente AS). Deixamos em aberto a possibilidade de se identificarem usos categoremáticos para eles, embora nossas pesquisas não apresentem tais casos.

### 3.5. A coordenação.

Antes de discutirmos as implicações que a categorizabilidade apresenta em relação ao processo de coordenação, serão necessárias algumas observações sobre a coordenação em português.

Iniciemos com o seguinte caso:

(3.19) Ele comprou flores vermelhas e brancas.

É preciso observar que os adjetivos 'vermelhas' e 'brancas' podem predicar o nome 'flores' de dois modos diferentes. Em um caso, das flores compradas, algumas são vermelhas e outras brancas. No outro caso, as flores compradas são vermelhas e brancas ao mesmo tempo, isto é, cada flor, separadamente, apresenta ambas as cores.

Temos assim que dois adjetivos ligados por e podem predicar, ambos ao mesmo tempo, cada elemento do conjunto delimitado pelo nome ou cada adjetivo predica um sub-conjunto do conjunto delimitado pelo nome.

Em certos casos, possivelmente por razões semânticas ligadas ao campo semântico do nome, só uma destas possibilidades de predicação é possível. Este é o caso de (3.20):

(3.20) Ele usava uma camisa de listras vermelhas e brancas.

Aí, dificilmente poderíamos imaginar listras que fossem ao mesmo tempo vermelhas e brancas. O oposto se dá com casos como

(3.21) Visitamos várias casas bonitas e acolhedoras.

onde a interpretação em que cada casa é, ao mesmo tempo, bonita e acolhedora é preferencial (se não exclusiva). Mesmo se eliminarmos a palavra 'várias', a interpretação preferencial continua sendo a mesma, onde a predicação é simultânea. Parece-nos que, para se estabelecer uma predicação claramente não-simultânea, é preciso repetir a palavra 'casas':

(3.22) Visitamos casas bonitas e casas acolhedoras.

Isto tudo nos leva a supor que sempre que a predicação não é simultânea, o que temos é uma coordenação de sintagmas nominais, onde o segundo nome está elíptico, e não uma verdadeira ordenação de adjetivos.

É sintomático o fato de (3.19) permitir (3.19') como paráfrase, desde que consideremos que os adjetivos não exercem predicação simultânea, e de (3.20) permitir (3.20').

(3.19') Ele comprou flores vermelhas e flores brancas.

(3.20') Ele usava uma camisa de listras vermelhas e listras brancas.

Fica claro com a exposição acima que o que nos parece superficialmente uma coordenação de adjetivos, num nível profundo pode não ser. Nem sempre dois adjetivos coordenados no nível da superfície serão dois adjetivos coordenados no nível profundo.

Além desse fato, encontramos casos estranhíssimos de coordenação superficial. Por exemplo:

(3.23) Ele saiu de casa e triste.

Parece-nos óbvio que a coordenação não se dá entre 'casa' e 'triste', mas sim entre duas sentenças — "Ele saiu de casa" e "Ele saiu de casa triste", sendo que em (3.23) os elementos que se repetem estão elípticos.

Alertados para as dificuldades que se nos apresentam para a manipulação das coordenações, passemos à análise de alguns casos:

(3.24) a. Pedro é um pintor louco.

b. Pedro é um pintor louco e cego.

Sabemos que, em certos contextos, alguns adjetivos apresentam preferencialmente um uso categoremático, outros são ambíguos e outros, ainda, são preferencialmente sincategoremáticos.

A sentença (3.24)a permite que 'louco' tenha ou um uso categoremático — e Pedro será um psicopata — ou um uso sincategoremático — e Pedro será um pintor cujas pinturas fogem do convencional. Agora, a sentença b só permite que entendamos 'louco' como categoremático, uma vez que 'cego' seja entendido assim. Se 'louco' for entendido como sincategoremático, a coordenação fica estra-



nha e é preferível uma construção não-coordenada, como (3.25), onde 'louco' pode ser AC ou AS (assim como 'cego').

(3.25) a. Pedro é um pintor louco cego.

b. Pedro é um pintor cego louco.<sup>5</sup>

Obviamente, podemos considerar ambos os adjetivos, em (3.24)b, como sincategoremáticos, obtendo como interpretação adp como "Pedro é cego enquanto pintor porque não enxerga as loucuras que pinta".

Outros casos onde o mesmo fato pode ser encontrado são:

(3.26) a. Paulo é um policial honesto.

b. Paulo é um policial honesto e competente.

(3.27) a. João é um professor novo.

b. João é um professor novo e calvo.

Em (3.26), a sentença a tem 'honesto' como um adjetivo sincategoremático e a sentença b tem 'honesto' como AS, porque 'competente' é AS. Em (3.27), 'novo' em a é ambíguo e em b é AC, uma vez que 'calvo' é AC.

Parece-nos, portanto, óbvio que, quando coordenados, ou os dois adjetivos são categoremáticos ou os dois adjetivos são sincategoremáticos.

NOTA 5: Sempre que um nome tomar dois adjetivos à direita ou à esquerda, a construção será recursiva. Com isto queremos dizer que o adjetivo mais próximo do nome o predica, o segundo adjetivo predica o nome e o primeiro adjetivo, e assim por

diante. Este processo poderia ser representado da seguinte maneira:

$$(((( (N \ A_1) \ A_2) \ A_3) \ A_4) \dots A_n)$$

Em um exemplo:

a. Música popular brasileira.

b. Música brasileira popular.

Em a destaca-se do conjunto das 'músicas

populares' a música popular brasileira.

Em b destaca-se do conjunto das 'músicas

brasileiras' a música brasileira popular.

Em Lemle (1978) encontra-se um princípio que é denominado "princípio da hierarquia de coesão" que pode ser enunciado da seguinte maneira: "O grau de distanciamento entre o adjetivo e o nome reflete o grau de novidade da informação veiculada por cada adjetivo: a informação mais antiga, dentro do contexto discursivo, aparece mais próxima do nome, e a informação mais nova aparece mais distante do nome." (Lemle, 1978:10).

Esses conceitos de 'informação nova' e 'informação antiga' que são pouco claros, poderiam ser explicitados em uma visão conjuntista do processo de coesão. O A<sub>1</sub> se aplicaria ao conjunto de antigo

pelo  $N$ ; o  $A_2$  se aplicaria ao conjunto delimitado por  $N A_1$ , e assim por diante.

Deste modo, a noção intuitiva de 'informação antiga' estaria baseada no fato de  $A_2$  necessitar da predicação de  $A_1$  sobre  $N$  para a delimitação do universo ao qual se aplicará.

A diferença, então, entre uma construção recursiva e uma construção coordenada está em que na segunda os adjetivos formam um complexo que predica o  $N$  (os adjetivos independem entre si e a predicação é simultânea), enquanto na primeira, cada adjetivo, isoladamente, predica o nome ou o conjunto nome+adjetivo, determinando níveis de predicação diferentes.

### 3.6. A Comparação.

3.6.1. Vogt (1977) distingue dois tipos de adjetivos: os adjetivos argumentativamente dependentes e os adjetivos argumentativamente independentes. Uma das diferenças entre os dois tipos de adjetivos diz respeito à noção de marca. Esta noção nos interessa.

A noção de marca aparece na fonologia do Círculo de Praga para explicitar o fato de que em certos casos de neutralização de fonemas, apenas um dos elementos neutralizados aparece no texto da neutralização. Chama-se não-marcado este elemento. A noção

de marca foi aplicada também fora da fonologia para se dar conta de fatos sintáticos e semânticos. Ducrot nos fala: "Se, em vez de se considerarem as unidades significativas, nos interessarmos pelas próprias unidades semânticas (quer dizer, pelos elementos constitutivos da significação), a noção de marca encontra um campo de aplicação in contestável, porque permite descrever uma assimetria muito frequente nas categorias semânticas: 'homem' (entendendo por isso 'homem macho', cf. o latim *vir*) e 'mulher', constituindo a categoria semântica 'humano'. O elemento 'homem' será chamado não-marcado em português, porque existe um significante, a palavra homem, que designa quer a noção 'homem' quer a categoria 'humano'. Ou ainda, na categoria semântica 'interessante-aborrecido', o pólo 'interessante' será considerado não-marcado, visto que o mesmo adjetivo interessante, que é suscetível de o representar ("este livro é interessante"), pode também representar a categoria inteira. É o que se passa, por exemplo, na comparação: ao dizer 'A é mais interessante do que B', não se subentende que A e B mereçam ser chamados interessantes, no sentido forte deste termo (em compensação a expressão 'A é mais aborrecido do que B' faz pensar que A e B são ambos aborrecidos)."

(Ducrot & Todorov, 1976: 144-145)

Vogt constata que adjetivos como 'quente' e 'frio' só são passíveis de uma classificação em termos de marca se vistos no contexto. "No caso da oposição quente/frio, estes adjetivos dependem ainda, para a distinção marcado/não-marcado, do preenchimento das variáveis A e B, isto é, dos elementos comparados quanto à propriedade. Se A e B são elementos catalogados como quentes, então

quente é o termo positivo da oposição e conseqüentemente o termo não-marcado, isto é, pode ser usado por toda a escala, e frio é o termo marcado; se A e B, ao contrário, são catalogados como normalmente frios, então frio é o termo positivo da oposição e conseqüentemente o termo não-marcado, enquanto quente é o termo marcado." (Vogt, 1977: 55-56). Por exemplo, se os termos comparados forem 'sopa' e 'café', que são normalmente quentes, o pólo quente será não-marcado; se os termos comparados forem 'cerveja' e 'guaranã', o pólo frio será não-marcado.

Por outro lado, adjetivos como 'inteligente' e 'burro' independem do contexto para serem considerados marcado ou não-marcado. O adjetivo 'inteligente' é não marcado em todos os contextos e o adjetivo 'burro' é marcado em todos os contextos.

Na comparação entre A e B, a partir de uma propriedade qualquer X, se X for um dos pólos de uma oposição que se representa por adjetivos argumentativamente dependentes, então, não há necessidade de que A ou B apresentem a propriedade X. Quer dizer, dado o caso (3.28), uma vez que quente é um adjetivo argumentativamente dependente, nem A ('café') nem B ('sopa') precisam estar necessariamente quentes.

(3.28) O café está mais quente do que a sopa.

(3.29) O café está mais quente do que a sopa, mas não está quente.

Se em lugar de 'quente' colocarmos 'frio', a mesma coisa acontecerá:

(3.30) O café está mais frio do que a sopa, mas ainda está muito quente.

Por outro lado, se o adjetivo que veicula a propriedade X for argumentativamente independente, A e B terão X se o adjetivo for marcado e não terão necessariamente X se o adjetivo for não-marcado.

(3.31) a. Pedro é mais inteligente do que João, mas ainda assim não conseguirá resolver o problema.

b. Pedro é mais burro do que João, mas ainda assim João é inteligente.

Com inteligente (que é a forma não-marcada) A e B não são necessariamente inteligentes, mas com burro (a forma marcada) A e B são necessariamente burros ( (3.31)b fica muito estranha se considerarmos que João é inteligente. Se o ouvinte considerar João inteligente, corrigirá o falante dizendo algo como: "Digamos antes que ele é menos inteligente do que João." (Cf. Vogt, 1977:74) ).

3.6.2. Fizemos toda esta longa colocação para chegarmos a uma característica da comparação em polonês que nos é apontada por Zuber e que, segundo ele, tem algo a ver com a distinção categoremático/sincategoremático.

O polonês tem dois modos de comparar: um modo analítico e um modo perifrástico. Os adjetivos sincategoremáticos só admitem a comparação analítica, enquanto os adjetivos categoremáticos só admitem a comparação perifrástica. Nas comparações em que a forma perifrástica é usada, pressupõe-se que os dois elementos possuem a qualidade que os relaciona. Isto equivale a dizer que os adjetivos categoremáticos, quando utilizados para comparar, comportam-se como as formas marcadas dos adjetivos argumentativamente independentes.

Zuber nos afirma que alguém pode ser jovem ou velho de porque os outros não o são. "On est jeune parce que l'on est au-dessous de l'âge moyen des individus qui appartiennent au même univers que nous. On est jeune, pour ainsi dire, grâce aux autres." (Zuber, 1973:128). 'Jeune' é um AS. O mesmo não ocorre com adjetivos categoremáticos como 'calvo' ou 'cego'; em situações normais, é impossível alguém ser cego porque os outros não o são.

"Maintenant, étant donné deux individus, il se peut que l'écart entre leur âge respectif et la moyenne d'âge de leur univers soit différent pour chacun d'eux. Un changement de la moyenne ou passage à l'univers plus grand présuppose ne peuvent pas modifier la différence entre les deux écarts, bien que les individus qui étaient au-dessous de la moyenne auparavant (et donc jeune) ne trouvent maintenant au-dessous de la nouvelle moyenne (donc vieux). Cela veut dire que l'on peut comparer par exemple l'âge de deux individus, c'est-à-dire évaluer leur âge relatif sans s'occuper de leur âges absolus respectifs." (Zuber, 1973: 128).

Admitindo-se que para todos os adjetivos sincategoremáticos se pudesse estabelecer uma tal média, estaria justificando o porquê destes adjetivos poderem entrar em construções comparativas onde a qualidade em questão não está presente nos termos comparados. Evidentemente, com os adjetivos categoremáticos se dá o oposto: se eles exprimem a mesma qualidade em todos os universos possíveis, nas construções comparativas estamos comparando seus valores absolutos para os termos comparados, logo, pressupomos que tais valores existam para os dois elementos comparados.

Pensemos no caso de 'inteligente' e 'burro'. O adjetivo 'inteligente' pode representar a categoria semântica 'inte+ligente-burro' e pode representar um dos pólos desta categoria. Parece-nos que temos de pensar em dois 'inteligente' diferentes: um que representa o pólo e outro que representa a categoria. Quando se diz que em (3.31) a propriedade representada pelo adjetivo não está presente nos dois indivíduos comparados, está-se fazendo confusão entre os dois 'inteligente'. Procura-se encontrar a propriedade que é pólo da categoria quando se compara graus de afastamento de uma média arbitrária, ou seja, compara-se o posicionamento dos indivíduos em relação à categoria e o adjetivo está veiculando a própria categoria.

Há dois modos de comparar dois indivíduos por meio do adjetivo inteligente: compara-se a posição relativa dos dois na categoria toda — e eles não precisam ser inteligentes; ou compara-se os valores absolutos de inteligência (QI?) dos dois indivíduos — e ambos são inteligentes.

Tomemos o seguinte exemplo:

(3.32) Maria é mais inteligente do que Pedro.

e tentemos considerar o adjetivo 'inteligente' como representação do pólo 'inteligente' da categoria (antônimo de 'burro'). Veremos que não há como negar que a propriedade 'ser inteligente' está presente em Maria e em Pedro. Por outro lado, se pensarmos em 'inteligente' como representação da categoria toda, a propriedade polar 'ser inteligente' não estará, necessariamente, em Maria e em Pedro.

Se pensarmos como Zuber, no caso em que 'inteligente' representa o pólo, o seu uso é categorêmico e no caso em que



representa a categoria toda, seu uso é sincategoremático. Ainda, se o comportamento dos adjetivos do polonês puder ser identificado com o comportamento dos adjetivos do português, os adjetivos que Vogt chama de argumentativamente dependentes terão preferencialmente um uso sincategoremático, enquanto os adjetivos argumentativamente independentes terão suas formas marcadas com uso preferencialmente categorémático e suas formas não-marcadas, quando representarem a categoria toda serão sincategoremáticos e quando representarem o pólo positivo serão categorémáticos.

3.6.3. Na verdade não temos condições de testar esta hipótese, uma vez que nossos critérios só se aplicam a um contexto — atributo de sintagma nominal predicativo. Nos casos de comparação temos um contexto completamente diferente: o adjetivo, mais que uma propriedade, representa uma relação. Assim, não temos condições de afirmar com segurança sobre a influência da categorematicidade nos processos de comparação.

Talvez se possa identificar um relacionamento entre a comparação e a categorematicidade dos adjetivos. Para isso seria necessário um estudo mais profundo dos processos de comparação, juntamente com um aperfeiçoamento dos critérios de decisão da categorematicidade dos adjetivos, o que não cabe aqui, dadas as limitações de um trabalho desta natureza.

#### 4. OBSERVAÇÕES FINAIS.

*"Quanto mais profundamente penso, mais  
Profundamente me descompreendo:  
O saber é a inconsciência de ignorar."  
F. Pessoa.*

Dois propósitos nortearam o processo de elaboração deste trabalho: a) a necessidade de isolar e explicitar a distinção entre as duas classes de adjetivos que encontramos, sob enfoques diversos, em Bolinger, Vendler e Zuber; b) a possibilidade de exploração desta distinção para uma abordagem dos adjetivos do português.

Levados pelo primeiro propósito, conseguimos isolar a propriedade que denominamos "categorematicidade" e conseguimos mostrar que, na essência, esta propriedade está presente nas classificações dos adjetivos de Reichenbach (1947), Bolinger (1967), Vendler (1968), Quine (1969), Katz (1972), Zuber (1973) e Siegel (1976). Conseguimos ainda — assim o cremos — demonstrar que a categorematicidade dos adjetivos pode ser reduzida a uma distinção entre predicado extensional e predicado intensional, de modo que a dicotomia 'categoremático/sincategoremático' deixa de ser "ad hoc", criada para resolver problemas específicos dos adjetivos, e passa a ser uma distinção ligada a processos relativamente comuns na linguagem humana (Cf. Frege, 1892; Carnap, 1947; Lakoff, 1968; Lewis, 1972).

Levados pelo segundo propósito, levantamos algumas consequências da categorematicidade no comportamento dos adjetivos do português: consequências ligadas à ordem dos adjetivos, tan-

to em uma série, quanto em relação ao nome, e conseqüências ligadas nos processos de coordenação e de comparação. Parece-nos claro, agora, que não se pode pretender um tratamento mais profundo do adjetivo sem se levar em conta a categorematicidade.

Fica sem solução nesta dissertação, no entanto, o problema do tratamento desta distinção em termos de uma teoria da linguagem. Dado o rumo que este trabalho tomou, não nos estenderemos em considerações sobre modelos teóricos adequados ou não-adequados ao tratamento dos adjetivos no sintagma nominal. É interessante notar, no entanto, que uma vez estabelecida a necessidade de considerar-se a categorematicidade na abordagem dos adjetivos, um modelo teórico que se pretenda adequado para esta abordagem deve ser capaz de distinguir extensão de intensão dos termos, sob pena de ter de recorrer a mecanismos de custo muito elevado (filtros ou marcações no léxico) para conseguir adequação observacional e que implicariam em inadequação descritiva. A necessidade de permitir a distinção de extensão e intensão dos termos, reduz consideravelmente o leque de modelos teóricos descritivamente adequados.

## 5. BIBLIOGRAFIA<sup>99</sup>

- ALLWOOD, J., L-G. ANDERSSON & Ö. DAHL. 1977. Logic in Linguistics.  
Londres & Nova Iorque, Cambridge Univ. Press.
- BACH, E. 1967. "Nouns and Noun Phrases" in BACH & HARMS, 1968. (tradução espanhola em SANCHEZ DE ZAVALA, 1976, v.II, pp.207-250)  
\_\_\_\_\_ & R.T. HARMS, (eds.) 1968. Universals in Linguistic Theory.  
Nova Iorque, Holt, Rinehart & Winston.
- BACK, E. & G. MATTOS. 1972. Gramática Construtural da Língua Portuguesa. São Paulo, F.T.D., 2 vol.
- BOLINGER, D. 1967. "Adjectives in English: Attribution and Predication" in LINGUA 18, pp. 1-34.
- CARNAP, R. 1947. Meaning and Necessity. Chicago, University of Chicago Press, 2ª ed., 1975.  
\_\_\_\_\_ 1955. "Meaning and synonymy in natural languages" in Phil. Studies, 6, pp.33-47. (recolhido como apêndice em CARNAP, 1947)
- CARNEIRO RIBEIRO, E. 1890. Serões Grammaticaes. Salvador, Livraria Progresso Editôra, 6ª ed. 1955.
- CHOMSKY, N. A. 1957. Syntactic Structures. Haia, Mouton.  
\_\_\_\_\_ 1965. Aspectos da Teoria da Sintaxe. Coimbra, Arménio Amado, 1975.
- CUNHA, C. 1970. Gramática do Português Contemporâneo. Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares.
- DUROT O. & T. TODOROV. 1976. Dicionário das Ciências da Linguagem. Lisboa, D. Quixote. (3ª ed.)

- FREGE, G. 1892. "Über Sinn und Bedeutung" in Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik 160, pp.25-50. (traduzido para o inglês em GEACH & BLACK, 1960 sob o título de "On Sense and Reference")
- GEACH, P. T. 1968. Reference and Generality: an examination of some medieval and modern theories. Ithaca, Cornell Univ. Press.
- \_\_\_\_\_ & M. BLACK. 1960. Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege. Oxford, Blackwell.
- HALL-PARTEE, B. 1970. "Opacity, Coreference and Pronouns" in Synthese 21, pp. 359-385. (traduzido para o espanhol em SANCHEZ DE ZAVALA, 1976, vol.II, pp. 277-309)
- \_\_\_\_\_ (ed.). 1976. Montague Grammar. Nova Iorque, Academic Press Inc.
- HARMAN G. & D. DAVIDSON (eds.). 1972. Semantics of Natural Language. Dordrecht, Reidel.
- HJELMSLEV, L. 1943. Prolegômenos a una teoría del language. Madri, Gredos, 1971.
- KATZ, J. J. 1972. Semantic Theory. Nova Iorque, Harper & Row.
- LAKOFF, G. 1968. "Las Contrapartes, o el problema de la referencia en la gramática transformatoria" in SANCHEZ DE ZAVALA, 1976, vol.II, pp.251-263.
- LEMLE, M. 1978. "A ordem dos adjetivos no sintagma nominal em inglês e português: implicações para a teoria gramatical" a sair em Conferências do III Encontro Nacional de Linguística, P.U.C. RJ.

- LEWIS, D. 1972. "General Semantics" in HARMAN & DAVIDSON, 1972, pp. 169-218.
- LUCAS, M. A. 1975. "The syntactic classes of antenominal adjectives in English" in LINGUA 35, pp.155-171.
- PAZINI, M. C. B. 1978. O Adjetivo - um problema sintático. Florianópolis, U F S C.
- PEREIRA, E. C. 1907. Grammatica Expositiva. São Paulo, Duprat, 2ªed. 1909.
- \_\_\_\_\_ 1915. Grammatica Historica. São Paulo, Nacional, 6ª ed., 1929.
- QUINE, W. V. 1953. From a logical point of view. Nova Iorque, Harper & Row (Harper Torchbooks) 1963.
- \_\_\_\_\_ 1969. Word and Object. MIT Press.
- REICHENBACH, H. 1947. Elements of Symbolic Logic. Nova Iorque, Macmillan.
- RUSSEL, B. 1905. "On Denoting" in MIND 14, pp.479-493. (tradução para o português com o título "Da Denotação" na coleção "Os Pensadores" vol. XLII, Ed. Abril, 1974.)
- SANCHEZ DE ZAVALA, V. (comp.). 1976. Semántica y sintaxis en la lingüística transformatória. Madri, Alianza, 2 vol.
- SIEGEL, M. 1976. "Capturing the Russian Adjectives" in HALL-PARTEE, 1976, pp.293-309.
- SILVEIRA, A.F. de Souza da. 1923. Lições de Português. Coimbra, Atlântida, 5ª ed., 1952.
- TEYSSIER, J. 1968. "Notes on the syntax of the adjective in modern English" in LINGUA 20, pp.225-249.

- VENDLER, Z. 1968. Adjectives and Nominalizations. Haia, Mouton.
- VOGT, C. A. 1977. O Intervalo Semântico. São Paulo, Ática.
- ZUBER, R. 1973. "La Catégorématicité et les Adjectifs en Polonais"  
in LANGAGES 30, pp. 125-131.

\*\* Só constam desta bibliografia os textos citados na dissertação.